

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**Juventude, Trabalho e Ensino Noturno: um estudo
sobre os jovens da periferia de Goiânia**

ALEXSSANDRA DE OLIVEIRA TERRIBELLE

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**Juventude, Trabalho e Ensino Noturno: um estudo
sobre os jovens da periferia de Goiânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Jordão Horta Nunes.

ALEXSSANDRA DE OLIVEIRA TERRIBELLE

2006

Alexssandra de Oliveira Terribelle

**Juventude, trabalho e ensino noturno: um estudo sobre
os jovens da periferia de Goiânia**

Dissertação Submetida ao Programa de Mestrado em Sociologia como Atendimento
Parcial às Exigências para a Obtenção do Título de Mestre em Sociologia

Banca Examinadora

Dr.^a Jordão Horta Nunes (orientador)-UFG

Dr.^a Dalva Maria Borges Dias de Lima de Souza-UFG

Membro Interno

Dr. ° Carlos Alberto Lucena-UFU

Membro Externo

GOIÂNIA, 2006

**Para Jacy Gomes de Oliveira e Israel
Zeferino Terribelle meus pais. Pessoas
responsáveis pela construção dos
fortes alicerces que me mantém e
pelos ensinamentos da vida.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me guiar nas oportunidades que a vida me proporcionou, e também por me confortar nas horas de aflição durante a realização deste trabalho.

Aos jovens estudantes e trabalhadores, pois sem estes esta pesquisa não se realizaria.

Aos meus pais, Israel Zeferino Terribelle, em especial minha mãe, Jacy Gomes de Oliveira, que me confortou e me deu apoio nos momentos difíceis.

Ao meu namorado, Mário Martins de Almeida, pelo companheirismo, auxílio durante a pesquisa de campo, tabulação dos dados e apoio técnico.

Aos meus queridos amigos e amigas que estiveram sempre presentes nesta jornada. Em especial a minha querida amiga Leila Silva de Moura que sempre foi companheira durante essa jornada. Agradeço sua colaboração na pesquisa de campo, nas discussões sobre o trabalho. Aos amigos: Andrey Aparecido Linhares e Nilda Ferreira dos Santos.

Ao Diretor, Ahmed Nagib, do Colégio em que trabalho (Colégio Estadual César Alencastro Veiga) pela compreensão durante a realização deste.

Aos diretores, coordenadores, professores e demais funcionários das escolas onde foram realizadas as coletas de dados (Colégio Estadual Sebastião Alves de Souza, Colégio Estadual João Bênnio, Colégio Estadual Edmundo Rocha, Colégio Estadual Jayme Câmara, Colégio Estadual Tancredo Neves).

À Secretaria de Estado da Educação do Estado de Goiás, pelos bancos de dados disponibilizados.

À prefeitura municipal de Goiânia, pelos textos disponibilizados.

De modo especial ao professor Jordão Horta Nunes, que com paciência e profissionalismo, me acompanhou com orientações claras e valiosas para a elaboração dessa pesquisa.

À professora Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (UFG) e ao professor Joel Orlando Bevilaqua Marin (UFG) que colaboraram de forma significativa com sugestões bastante valiosas para a continuidade desse trabalho, durante a qualificação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1-JUVENTUDE E O JOVEM ESTUDANTE-TRABALHADOR SOB UMA PERSPECTIVA TEÓRICA	
1.1-ABORDAGEM TEÓRICA DO CONCEITO DE JUVENTUDE	18
1.2-REALIDADE E SUBJETIVIDADE DO ESTUDANTE-TRABALHADOR.....	23
1.3-PRÁTICAS E CONTEXTO SOCIAL	27
2-JOVENS POBRES: ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO	
2.1-INSERÇÃO PRECOCE NO MUNDO DO TRABALHO	32
2.2-TRABALHO E IDENTIDADES PRECARIZADAS	37
2.3-JUVENTUDE POBRE, TRABALHO E ESCOLA	51
3-AS REPRESENTAÇÕES E PERCEPÇÕES DOS JOVENS DE PERIFERIA TRABALHADORES E ESTUDANTES DO NOTURNO	
3.1-ABORGAGEM TEÓRICA RELACIONAL: HABITUS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	58
3.2-TRABALHO: DISCIPLINA E ASCENSÃO SOCIAL	60
3.3-ESCOLA: DESCONTRAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL.....	66
3.4-RELAÇÃO TRABALHO E ESCOLA	71
3.5-PRÁTICAS E TEMPO LIVRE	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
ANEXOS	82
BIBLIOGRAFIA	89

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada junto aos jovens da periferia de Goiânia que trabalham e estudam em escolas da rede estadual de ensino, em nível do ensino médio, no período noturno.. Buscamos caracterizar as condições de trabalho desses jovens juntamente com as condições educacionais em que estão inseridos. Os resultados da pesquisa demonstraram que o trabalho e a educação escolar realizados por esses jovens não conduzem à construção identitária e à socialização, mas a identidades fraturadas permeadas por um contexto de precarização e exclusão. Contudo, os s jovens ainda percebem o trabalho como atividade disciplinadora e a escola como o caminho para a ascensão social, ou seja, como um meio para sair das condições precárias de vida. Para o estudo das representações, percepções e práticas cotidianas dos jovens de periferia recorreu-se ao conceito de *habitus* de Bourdieu e à teoria das representações sociais de Moscovici, permitindo assim mediar a realidade exterior e as construções individuais dos agentes pesquisados e permitindo expressar a relação entre o mundo objetivo e a dimensão subjetiva das individualidades.

SIGLAS UTILIZADAS

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT-Organização Internacional do Trabalho

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

CLT-Consolidação das Leis do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PME-Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

MPB-Música Popular Brasileira

APRESENTAÇÃO

Quando se trabalha com a questão da juventude, é preciso considerar a diversidade social, econômica, e cultural que a categoria juventude encobre.

Heloísa Helena T. Souza Martins, 2002.

A juventude e temas correlatos têm ocupado tanto os meios de comunicação como o contexto acadêmico. Talvez o interesse por estudos envolvendo jovens esteja relacionado ao fato deles representarem 20,07% da população brasileira¹.

Busca-se recentemente, no Brasil, compreender melhor o cotidiano desses jovens na sociedade. Tendo em vista a infinidade de temas que podem ser abordados sobre esses agentes sociais, nota-se o surgimento de inúmeros estudos relacionando o tema da juventude a questões como trabalho, escola, drogas, sexualidade, cultura, comportamento político, família entre outros.

Quando o tema envolve o segmento juvenil, fica difícil deixar de citar, em números, sua representação no quadro populacional brasileiro. Segundo o Censo de 2000, há no Brasil 34.092.224 jovens. Contudo, a população jovem distribui-se em contextos sociais diversos, integrados pelas “juventudes”², termo que justifica as diversas condições socioculturais, presentes nos grupos. Tendo em vista as peculiaridades socioculturais dos grupos de jovens no Brasil, o tipo de jovem aqui estudado possui também especificidades. Portanto, ao falar de jovens, estou me

¹ Censo Demográfico do IBGE – 2000, números referentes à população de 15 a 24 anos.

² Termo utilizado por vários autores que estudam temas relativos à juventude, principalmente por Gaudêncio Frigotto (2004), Helena Wendel Abramo (2004).

referindo ao jovem trabalhador e estudante, que cursa o ensino médio regular noturno, em escolas estaduais da periferia da cidade de Goiânia, com idade de 15 a 24 anos.

O estudo busca compreender a situação de trabalhador-estudante, vivida por esses jovens, tendo em vista as esferas do trabalho e da escola, pois são nestas em que esses jovens passam a maior parte do tempo.

A partir das relações estabelecidas por esses jovens, nas duas esferas, torna-se possível compreender um pouco mais suas representações, percepções e expectativas, seus valores e suas condições sociais e culturais, fatores capazes de explicar a especificidade do contexto social em que o trabalhador-estudante está inserido. Para o estudo sobre as representações desses jovens, que perpassam, principalmente pelas atividades trabalho e escola foi utilizado o conceito de *habitus* de Bourdieu, devido o *habitus* ser produto de diferentes condições de existência, capaz de produzir práticas intrínsecas às condições objetivas, produzindo assim diferentes representações. O conceito de representação social foi trabalhado a partir da teoria de representação social, de Moscovici. Através de vários estudos, tornou-se possível identificar e analisar as condições vividas por determinados grupos sociais, intimamente relacionadas ao seu contexto histórico e sociocultural.

A pesquisa enfoca os jovens que trabalham no mercado formal e estudam no período noturno, pois estes pertencem a um contexto social específico em relação aos jovens de segmentos privilegiados economicamente. A escolha do período escolar noturno justifica-se pelo fato de que tal turno apresenta maior concentração de jovens já inseridos no mercado de trabalho e que, portanto, executam as duas atividades: estudar e trabalhar.

Os jovens pertencentes ao segmento social delimitado geralmente se inserem no mercado de trabalho em idade precoce, ou bem antes de terminar a escolarização básica.

Algumas análises de Zylberstajn sobre o trabalho dos jovens de famílias pobres nos ajudam a compreender melhor esta realidade, demonstrando ser nos segmentos mais pobres da sociedade brasileira que se multiplicam as estratégias por sobrevivência que permiti garantir a continuidade da unidade familiar. “O trabalho do menor e do jovem, portanto, incide, com mais freqüência, nas famílias desvantajadas do ponto de vista social e econômico. Trata-se de famílias que, por um motivo ou outro, não podem prescindir do trabalho de quem, na verdade, deveria estar ainda completando a sua formação escolar”. (ZYLBERSTAJN, 1985, p. 33).

De acordo com esse autor, nas sociedades industrializadas indivíduos pertencentes às classes sociais privilegiadas tendem a se inserir no mundo do trabalho após terem completado sua escolarização básica. Porém, o que se nota em sociedades mais periféricas é a inserção contínua de jovens no mercado de trabalho em fase de conclusão da educação básica, mesmo com a questão do desemprego juvenil, como é o caso do Brasil.

Alguns estudos tentam buscar outras explicações para a inserção do jovem pobre ao mundo do trabalho, porém os resultados ainda apontam como principal motivo à colaboração na renda familiar.

Segundo MARQUES (1997), é limitado compreender as causas da inserção precoce no mundo do trabalho através da situação de marginalidade e pobreza, pois a “necessidade de trabalho não está vinculada somente à realidade imposta pelas condições de pobreza, mas que essa necessidade se constrói no processo de socialização do jovem, na afirmação de sua identidade” (MARQUES, 1997: 71).

Marques (1997) traz uma discussão nova sobre a questão da identidade do estudante do noturno, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Educação* (1997). Em suas análises, a autora discute a percepção dos jovens de primeiro grau sobre a

escola e o trabalho. A pesquisa demonstra que os jovens trabalham principalmente para ajudar a família, mas o trabalho apresenta-se também como atividade que possibilita a afirmação de sua identidade, autonomia e uma certa liberdade, tendo em vista a posse do dinheiro e a compra de mercadorias para si. Portanto, o trabalho não está relacionado somente à garantia de sobrevivência, mas também à capacidade de consumo.

É certo que a inserção no mundo do trabalho está relacionado aos fatores identidade, autonomia, liberdade ou mesmo ao consumo de mercadorias, mas ainda, nos segmentos menos favorecidos, os jovens apontam que começam a trabalhar fora principalmente para ajudar família. Todavia, o motivo da inserção dos jovens pertencente às famílias pobre no mercado de trabalho não é o cerne da discussão proposta aqui nesta pesquisa, mas sim compreender como esse tempo é distribuído entre a escola e o trabalho e as limitações que o tempo destinado às longas horas trabalhadas delimita o tempo para outras atividades necessárias à formação do indivíduo.

Os jovens trabalhadores e em época de escolarização representam um contexto social bastante excludente, pois passam a maior parte do tempo executando as atividades do trabalho restando o período noturno para o direito a educação.

Carvalho, autora que desenvolveu pesquisas sobre jovens trabalhadores de São Paulo e estudantes do noturno, diz que a escolha do período noturno por partes dos jovens inseridos no mercado de trabalho não é aleatória, mas está relacionada à posição que o jovem ocupa no mercado, ou seja, esses jovens se tornam alunos do noturno pelo fato de trabalhar e, para os que não estão no mercado de trabalho, pelo fato de estar em busca de emprego: “o período noturno é reservado ao aluno que trabalha, sendo essa a maior diferenciação entre os períodos” (CARVALHO, 1991, p. 55). Por pertencerem à determinada posição social, necessitam trabalhar em idade de escolarização obrigatória e, matricular-se à noite. Os jovens que fazem parte deste estudo vivem o trabalho e a

escola como duas atividades interligadas, tornando-se praticamente impossível falar de um sem mencionar o outro. Os trabalhadores e estudantes do noturno da periferia de Goiânia geralmente executam mais de oito horas de trabalho por dia. Portanto, o trabalho executado nesses moldes passa a fixar os limites de outras atividades necessárias ao desenvolvimento e à formação desses jovens, como o estudo, o lazer e o descanso.

O tempo passa a ser um vigilante, onde o trabalho e a escola assumem papel de guardiões em relação às outras atividades que, de fato, poderiam fazer parte do cotidiano desses jovens. A educação e o trabalho são dois fatores principais para a construção da identidade do indivíduo, para a socialização e para a dinâmica da sociedade, tendo em vista as relações sociais. Dessa forma a educação está relacionada à realização de tarefas úteis a sociedade, e o trabalho permite a autodeterminação, assegurando também os bens, tanto materiais como culturais.

CATTANI (1996), em sua obra *Trabalho e Autonomia*, faz uma análise sobre os objetivos das atividades educação e trabalho:

Como a educação, o trabalho é uma experiência social. Ele tem característica identitária, da socialização e da dinâmica das relações sociais. Como a educação, ele pode ter características e potencialidades ambivalentes. Ele pode ser fonte de satisfação, por permitir participar da obra produtiva geral, e fonte de verdadeiro prazer, por possibilitar a realização de objetos ou tarefas úteis para a sociedade. (...) O indivíduo produz e cria, realiza os seus momentos de vida, assegura para si e para os seus recursos que dão acesso aos bens materiais e ao patrimônio cultural. (CATTANI, 1996, p. 140).

Ao pensarmos nas análises de Cattani sobre a educação e o trabalho e as relacionarmos aos jovens atores nessa pesquisa, que estão estudando e trabalhando,

podemos dizer que as duas atividades, no contexto que estamos estudando, fogem do seu objetivo principal.

Para os jovens das periferias de Goiânia, a educação e o trabalho revelam uma dimensão penível, apresentando-se como etapas desgastantes e sofridas na vida cotidiana destes. O processo educativo apresenta características de fragmentação, ou seja, um processo que se está desenvolvendo em meio a interrupções dos estudos, freqüentes faltas às aulas, desmotivação. Já o trabalho, da forma como está sendo exercido, com longas jornadas, em sua maioria mais de oito horas por dia, ou seja, trabalho precário, não está cumprindo sua função que é de formar indivíduos autodeterminados e para uma dinâmica das relações sociais. Ao contrário, vivem está atividade ligada ao cansaço, ao desgaste físico sentindo-o como enfadonho.

Os jovens de periferia, ao executar o trabalho, geralmente precarizado, em época de escolarização, estão sendo excluídos da formação devida para a construção identitária desses indivíduos. Dessa forma, segundo Cattani, “nas sociedades marcadas pela confrontação de classes, ou naquelas em que existe uma grande assimetria de poder, as funções da educação podem ser apresentadas de maneira simplista: preparação privilegiada das elites e forma de exclusão ou de opressão dos menos favorecidos”. (CATTANI, 1996, p. 139-140).

Para a realização desta pesquisa foram aplicados cento e cinquenta questionários a jovens com idade de quinze a vinte quatro anos em Goiânia, que estudam em escolas públicas da rede estadual, jovens inseridos no mercado de trabalho formal e nos cursos de ensino médio regular do turno noturno. A faixa etária escolhida, além de ser a considerada para o grupo jovem, segundo o IBGE, oferece caminhos para análise da defasagem idade-série, durante o curso no ensino médio, tendo em vista, a idade de quinze anos como a padrão para o início desta etapa do ensino, e em relação ao trabalho,

idade mínima de 16 anos para o trabalho (apenas na condição de aprendiz, até os 18 anos).

Além da aplicação dos questionários, foram feitas dezesseis entrevistas, realizadas em cinco colégios, com jovens de ambos os sexos, residentes em áreas urbanas na condição de estudante-trabalhador. Os alunos, que responderam aos questionários foram escolhidos por sorteio, mantendo uma proporção igual entre os sexos e entre informantes das três séries (1^a, 2^a e 3^a), que compõem o ensino médio; os dezesseis alunos entrevistados foram selecionados aleatoriamente com base nos questionários respondidos.

As escolas foram selecionadas de forma aleatória, mas também estratificada, empregando mapas dos setores censitários de Goiânia apresentado pelo IBGE (1997-2000), por meio da Malha Municipal do Brasil (1997) e através do mapa da exclusão / inclusão social de Goiânia (GOIÂNIA, 2004). A amostra foi subdividida em dois segmentos, C e D, em relação aos indicadores considerados, aplicados ao universo considerado, ou seja, ao número de escolas do sistema estadual de ensino médio. Os segmentos escolhidos para a realização das entrevistas possuem características relevantes cujo objetivo é demonstrar a posição social desses jovens na sociedade. O conceito de posição social de Bourdieu é utilizado neste trabalho para demonstrar o contexto social e as condições de existência dos jovens, neste caso de periferia. Esse autor explica o conceito de posição social relacionado à distinção entre a maior ou a menor posse de capital econômico e de capital cultural entre as classes sociais de uma dada sociedade. Dessa forma, a distância dos agentes num dado campo social será delimitada pelo volume dos capitais (cultural, social, econômico político, etc.).

Para uma melhor caracterização da posição social dos agentes dessa pesquisa foi utilizado o Mapa da Exclusão/Inclusão Social de Goiânia (2004), que buscou conhecer a

realidade social, econômica cultural, a fim de apreender as diferenças e desigualdades expressas nas regiões da cidade de Goiânia. Contudo para a realização desse trabalho foi classificado como posição social C, aquelas regiões cujos chefes de família possuem de quatro a sete anos de estudo, e renda mensal de dois a três salários mínimos. A outra região, classificada como D, compõem os chefes de família com um a três anos de estudo e com renda de até dois salários mínimos. Para as regiões classificadas como D foram sorteadas duas escolas situadas nos bairros: Conjunto Vera Cruz I e Parque Industrial João Braz. As outras três escolas estão situadas na região classificada como D, que corresponde aos bairros: Jardim Curitiba III, Setor Finsocial, e Bairro Floresta.

1-JUVENTUDE E O JOVEM ESTUDANTE-TRABALHADOR SOB UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

1.1-ABORDAGEM TEÓRICA DO CONCEITO DE JUVENTUDE

Trabalhar com temas envolvendo a juventude geralmente exige do pesquisador alguns recortes, objetivando uma definição mais precisa sobre o jovem pesquisado, tendo em vista a diversidade sociocultural que o envolve. Mediante essa diversidade, vários autores tentam fazer uma abordagem do termo juventude, no sentido de não desconsiderar as diferenças socioculturais que envolvem o grupo. Partindo de uma visão demográfica da população jovem, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) classifica como jovem aquele que possui idade entre 15 a 24 anos. Todavia, vários autores colaboram para a discussão sobre o tema juventude, numa abordagem relacional, no sentido de compreender o termo juventude levando em conta as diferenças, já citadas, presentes nesse grupo etário.

Dentre as diversas discussões sobre esse tema, podemos iniciar com a posição, já considerada clássica, de Mannheim, que trabalha a noção de juventude relacionada à problemática do conflito das gerações. De acordo o autor a adolescência e a juventude são categorias que refletem e apresentam características mais gerais que outras categorias de idade, pois é nessa transição que está presente o conflito. De acordo com Mannheim, ser jovem significa, sociologicamente, ser um homem marginal, e, em muitos aspectos, considerado como um estranho ao grupo.

“Até a puberdade, a criança vive principalmente no seio da família e suas atitudes são reguladas, sobretudo pelas tradições emocionais e intelectuais ali predominantes. Na fase da adolescência, entra em contato com a vizinhança, a comunidade e certas esferas da vida pública. Assim, o adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente

penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até ai conhecera” (MANNHEIM, 1968, p. 75).

A visibilidade da juventude ficou, até os anos 60, voltada para os jovens escolarizados de classe média, dirigindo-se a discussão para o papel que os jovens teriam na continuidade ou na transformação do sistema político e cultural em que estavam inseridos. Mais tarde, no último quartel do século XX, a discussão voltou-se para crianças e adolescentes em situação de risco, o que levou a importantes mobilizações em torno das discussões sobre direitos. Contudo, a percepção da juventude para além dessas discussões surge com o aparecimento de novos atores juvenis, em sua maioria dos setores populares, que se tornaram reconhecidos através de suas manifestações culturais, ligadas a determinados estilos ou movimentos culturais que tinham em sua maioria, os jovens como autores. Apareceram no Brasil, principalmente, o *rap*, o *hip hop*, e o *funk*. Esses movimentos culturais estão relacionados às denúncias da exclusão social, cultural, violência policial, discriminação racial, tráfico e consumo de drogas, retratando assim, principalmente, o cotidiano dos jovens que vivem nas periferias dos espaços urbanos. Esse cenário cultural, relacionado aos jovens, pode ser constatado nas idéias de Abramo ao dizer que “a percepção da juventude para além da adolescência em risco, numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente, emergindo com mais força de uns dez anos para cá” (ABRAMO, 2005, p. 39).

A autora também pensa o termo juventude no plural, pois caso contrário, estaríamos ocultando diferenças e desigualdades existentes nesse universo populacional. Cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte, apontando diferentes correntes teóricas e dimensões distintas que esse termo confere. A autora relembra que, no Brasil, tem se tornado convenção fazer o recorte da faixa etária entre 15 a 24 para

classificação do grupo juvenil, devido a uma “fase de transição” da adolescência para a vida adulta. Porém, a autora faz uma alerta no sentido de não desconsiderar e de relativizar as condições históricas pessoais, tendo em vista as desigualdades sociais e diferenças aí presentes, pois esses fatores produzem caminhos diversos, “uma vez que as histórias pessoais, condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos” (ABRAMO, 2005, p. 46). A autora analisa a noção de juventude como algo socialmente variável, tendo em vista as modificações dos conteúdos e significados sociais de sociedade para sociedade, como também na mesma sociedade ao longo do processo histórico e de suas divisões internas. De acordo com a autora, nas sociedades modernas, agudiza-se a descontinuidade entre o mundo infantil e o mundo adulto, implicando num tempo de preparação longa, devido à acentuada divisão do trabalho e a especialização econômica, a segregação da família em relação às outras esferas institucionais e o aprofundamento das orientações universalistas.

Frigotto também colabora de forma significativa, pois parte de uma análise que leva em conta a diversidade sociocultural juvenil. De acordo com FRIGOTTO (2004), há dificuldade de se obter um conceito unívoco de juventude, devido às razões históricas, sociais e culturais do universo juvenil. Seria mais adequado falar em “juventudes”, assim os diferentes contextos sociais presentes nessa população estariam sendo levados em conta; cada uma corresponderia à determinada classe social a um universo cultural, a uma etnia, a uma religião, a um gênero específico, assim como o grupo estudado nesta pesquisa, que comportam em seu cotidiano um universo sociocultural singular, caracterizado pelas atividades trabalho e escola.

De acordo com MELUCCI (2001) as atuais tendências da cultura juvenil tem que ser compreendidas por meio de uma perspectiva macro-sociológica e concomitante

às experiências individuais do cotidiano. O autor, em a *Invenção do presente*, discute a noção de juventude, ao estudar a formação de movimento social constituído por atores sociais jovens. A condição juvenil está voltada para uma fase de passagem e suspensão que se prolonga e se estabiliza tornando-se assim condição de massa se desligando da idade biológica: “os desequilíbrios entre escola e mercado de trabalho vão bem cedo inserir, neste prolongamento, um sinal de precariedade coercitiva: o reecaminhamento do ingresso nos papéis adultos não é só liberdade, mas marginalidade imposta e vivida, desocupação, impossibilidade de uma real autonomia econômica”.(MELUCCI, 2001, p. 101-102).

Em um outro estudo, *Juventude, tempo e movimentos sociais* (1997), o autor, concebe a juventude como uma categoria que deixa de ser biológica tornando-se uma definição simbólica. A juventude não está ligada somente a idade, mas também as características juvenis que adquirem através da cultura da mudança e da transitoriedade.

Na opinião que prevalece nos dias de hoje, ser jovem parece significar plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas de presença. A vida social é hoje dividida em múltiplas zonas de experiência, cada qual caracterizada por formas específicas de relacionamento, linguagem e regras.

Complexidade e diferenciação parecem abrir o campo do possível a tal ponto que a capacidade individual para empreender ações não se mostra à altura das potencialidades da situação. Esse excesso de possibilidades, que nossa cultura engendra, amplia o limite do imaginário e incorpora ao horizonte simbólico, regiões inteiras de experiência que foram previamente determinadas por fatores biológicos, físicos ou materiais. Nesse sentido, a experiência é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se “ler” e mais algo para se “fazer” (MELUCCI, 1997, p. 09).

Cassab também colabora para essa discussão, trabalhando a juventude sobre uma condição histórica e socialmente construída, em sua obra *Jovens pobres e o futuro* (2001). O jovem, para a autora, está ligado a uma condição de passagem, tendo em vista as peculiaridades físicas e também as históricas e socialmente construídas.

A autora ao falar da questão da travessia, ou seja, a fase da juventude, diz que esta fase está relacionada à superação da infância para a vida adulta. Para cada período histórico e nas diversas formações sociais, “as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes” (CASSAB, 2001, p. 64). Para a autora, além da diversidade, existente no interior da própria formação social, também haverá diferença no que se refere à posição que o jovem ocupa nas relações sociais.

Outros autores como, Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt em *História dos jovens* (1996), discutem a juventude como uma construção histórica, social e cultural, alertando ser impossível avaliá-la somente através dos critérios jurídicos e biológicos, pois ela está ligada também a símbolos e valores que a tornam visível sob determinados ângulos em diferentes épocas históricas.

A partir dessa idéia de juventude, fica clara a impossibilidade de se compreender essa noção no singular. De acordo com esses autores, a juventude situa-se “no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta (...) entre a imaturidade sexual e a maturidade (...) entre a formação e o pleno florescimento das faculdades, entre a falta e a aquisição de poder” (LEVI; SCHMITT, 1996, P. 08). Em relação a essa idéia, concernem mais à “desigualdade entre as classes sociais, que torna as condições de vida e as opções culturais da juventude dourada somente à expressão de uma minoria” (LEVI; SCHMITT, 1996, p 14).

Todas essas idéias e discussões sobre juventude tornam-se de grande importância para o estudo aqui proposto, pois foi possível esclarecer a impossibilidade de se compreender a juventude no singular, mas através de sua diversidade. A análise da forma de inserção social dos jovens é que possibilita uma melhor definição sobre quais jovens serão pesquisados.

1.2- REALIDADE E A SUBJETIVIDADE DO ESTUDANTE-TRABALHADOR

No início da década de 80 houve uma crescente preocupação por parte de pesquisadores sobre o tema estudante-trabalhador, no sentido de mostrar suas relações com o mundo do trabalho e com o da escola, juntamente com suas perspectivas, representações e anseios. Embora nessa época tenha ocorrido uma valorização dessa temática, segundo KUENZER (1988), esse assunto também foi discutido, porém com menos ênfase, no Brasil, mas com bastante força nas discussões de intelectuais, políticos, dirigentes e trabalhadores ao final dos anos 60, tendo em vista o aumento de grande parte da população por uma maior participação política e econômica.

Entre os estudos na temática considerada, merece destaque o desenvolvido por Carvalho, pois seu estudo tem caráter pioneiro nessa abordagem, passando a ser referência para outros estudiosos da área. Em sua obra *Ensino noturno: realidade ou ilusão* (1997), Carvalho pesquisa estudantes de uma escola pública em Ribeirão Preto (SP), de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, procurando compreender as relações entre a escola e o processo produtivo vivido pela maioria desses estudantes e suas percepções e expectativas. Quando o estudo envolve o estudante-trabalhador torna-se necessário à discussão sobre a inserção destes jovens no mundo do trabalho afim de uma melhor percepção sobre como atividade trabalho se relaciona à da escola, vivida por eles, e

vice-versa. A autora trabalha em seu estudo às percepções desses jovens quanto ao trabalho e à escola. O trabalho é visto como uma atividade para a aquisição de mercadorias, enquanto a escola é vista como um meio para ascensão social, consideram-no como uma atividade moralizadora e que permite a aquisição de mercadorias. “O trabalho, portanto, é visto como uma atividade concreta que permite a aquisição de mercadorias e se contrapõe ao estudo que é caracterizado quase misticamente como podendo “desenvolver os seres” (CARVALHO, 1994, p. 88). O estudo demonstrou também, representações positivas em relação à instituição escolar, principalmente no que diz respeito à convivência e amizades estabelecidas nesse espaço.

A autora volta seus estudos, principalmente, para as condições educacionais do turno noturno. Segundo ela, nesse turno há um aproveitamento reduzido por parte dos alunos, pois os professores acreditam na impossibilidade de se exigir mais desses estudantes, devido ao fato deles trabalhar durante o dia e estudar a noite. O período noturno é composto por alunos inseridos no mercado de trabalho que chegam à escola já extenuados pela jornada de trabalho, resultando, segundo ela, “num grande índice de evasões, reprovações, desistências, fato que contribui para a formação de um contingente de força de trabalho cada vez mais desqualificado, pois o que se aprende na escola nada tem a ver com o que se vive no mundo do capital” (CARVALHO, 1997, p. 10). As razões das existências desse horário de estudo são encontradas fora da escola, pois o trabalho e a escolarização à noite fazem parte de uma trajetória de vida da família dos segmentos trabalhadores. O fato de pertencer a um determinado segmento social leva esses jovens a trabalhar em idade de escolarização obrigatória, restando a eles somente o estudo noturno. As atividades, trabalho e escola, como duas coisas interligadas e presentes na vida dos jovens estudantes-trabalhadores, tornando se impossível falar de um sem mencionar o outro, não apresenta uma correlação, mas um

cotidiano sofrido. O que caracteriza a vida é o trabalho, ou seja, esta atividade que fixa os limites do estudo, do lazer e do descanso; o tempo assume um papel de vigilante na vida desses jovens, ou seja, o trabalho e a escola assumem papel de guardiões em relação á outras atividades do cotidiano desses jovens.

Através dessas análises, nota-se que o estudante-trabalhador está inserido numa relação que faz parte praticamente do seu dia-a-dia, onde o tempo destinado a essas duas atividades acaba configurando um cotidiano que apresenta características bastante peculiares, tendo em vista outros jovens não inseridos na condição de estudante-trabalhador.

Outros trabalhos, como de Zylberstajn, demonstram questões relevantes para o estudo sobre jovens estudantes e trabalhadores. Seus estudos destacam as condições econômicas em que o jovem trabalhador está inserido e a relação disso com a procura e a inserção no mundo do trabalho:

As demandas por trabalho constituem desesperadoras estratégias de sobrevivência das quais as famílias têm de lançar mão, sem titubeio, para garantir a continuidade da própria vida de cada membro da unidade familiar. Trata-se de uma situação sem escolha, onde a opção é imposta pela brutalidade da pobreza a que as famílias são submetidas. (ZYLBERSTAJN, 1985, p. 07).

A relação que o autor faz entre o trabalho e escola está voltada para a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho em época de escolarização. Nas sociedades industrializadas esses indivíduos tendem a se inserir no mundo do trabalho após terem completado sua escolarização básica. Porém, o que se nota em sociedades menos avançadas é a inserção contínua de jovens no mercado de trabalho em fase de conclusão da educação básica, mesmo com a questão do desemprego juvenil nas sociedades menos avançadas, como é o caso do Brasil.

Sobre a relação trabalho-escola, o autor discute em seus estudos como menores e jovens usam o tempo, quando inseridos numa relação de estudante-trabalhador, e seus benefícios sobre o tempo para cada uma dessas atividades. Tal questão, segundo a autora, é pouco enfatizada pelos estudiosos, assim como estudos sobre os que estudam e trabalham.

Tomando outros estudos que abordam a questão estudante-trabalhador, merece destaque o feito por Marques, que traz uma discussão nova sobre a questão da identidade do estudante do noturno, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Educação* (1997). Em suas análises, a autora discute a representação dos jovens de primeiro grau sobre a escola e o trabalho. O trabalho também aparece como fator principal para a ajuda nas despesas da família, mas apresenta-se também como atividade que possibilita a afirmação identitária juvenil, autonomia e uma certa liberdade, que está relacionada à posse do dinheiro e a compra de mercadorias para si, ou seja, vinculado à capacidade de consumo. De acordo com a autora, a juventude das classes populares é vivida como um tempo de liberdade, no sentido de viver todo o tempo livre de forma intensiva, aquele tempo que sobra entre a escola e o trabalho. Ao relacionar a escola e o entretenimento do aluno da escola noturna, Marques percebe que essas duas coisas “são faces da mesma moeda”, pois o lazer somente pode ser adquirido, segundo ela, com o trabalho precoce, que não os oferece status de trabalhador, por constituírem ocupações que dispensam qualificação profissional.

Em função do tempo curto entre o trabalho e a escola, segundo a autora, os jovens passam a criar espaços que os possibilitem relações mais duradouras entre colegas e amigos, e também, um espaço, de encontro para ir aos bailes e pagodes.

1.3 - PRÁTICAS E CONTEXTO SOCIAL

As percepções e até mesmo as escolhas individuais em relação às esferas sociais que os indivíduos se relacionam não podem ser analisadas sob a ótica da perspectiva própria do indivíduo, mas através do meio social que o indivíduo faz parte e foi socializado.

As representações, percepções, aspirações, expectativas e as subjetividades do estudante-trabalhador, tendo em vista a relação vivida por ele entre o trabalho e a escola, podem ser analisadas a partir do seu contexto social ao qual foi socializado, pois a socialização envolve valores singulares.

Para uma análise da subjetividade, das aspirações e percepções desses jovens, é utilizado aqui o conceito de *habitus*, na acepção empregada por Bourdieu, como instrumento propício para pensar a relação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos aqui estudados. O conceito de *habitus*, para esta pesquisa, permiti mediar a realidade exterior e as realidades individuais, dos agentes que a compõem, os trabalhadores e estudante, servindo como instrumento capaz de expressar a relação entre o mundo objetivo e subjetivo das individualidades.

Habitus é uma palavra latina utilizada, primeiramente, por Aristóteles para designar características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Esse conceito, depois, foi trabalhado pelo sociólogo Durkheim para explicar um estado geral dos indivíduos, ou seja, um estado interior que orienta suas ações de forma durável. Bourdieu retoma o conceito e, todavia, o trabalha de forma mais sistematizada, com o objetivo de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais, a partir de pesquisas na Argélia e com camponeses da região francesa de Béarn (ORTIZ, 1994).

De acordo com Bourdieu, o conceito de *habitus* se refere à interiorização das normas e dos valores capazes de orientar as ações dos agentes sociais.

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estrutura estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio expresso das operações necessárias para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo coletivamente orquestrada sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU E PASSERON, 1992).

Portanto, o *habitus* está relacionado a um sistema de esquemas individuais que são socialmente construídos de disposições estruturadas e estruturantes, adquiridos tanto nas experiências quanto pelas experiências praticadas pelos agentes, relacionadas à determinada condição de existência que orienta o agente para as ações em sociedade.

Bourdieu, em suas análises, trabalha a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual. Dessa forma, os indivíduos inculcariam um conjunto de disposições para a ação passando a conduzi-los ao longo do tempo e nos ambientes diversos da ação.

É possível fazer uma aproximação entre o conceito de *habitus* e a realidade social dos agentes aqui estudados. Os jovens, inseridos no mercado de trabalho e estudantes do turno noturno, são em sua maioria pertencentes à classe popular e trabalhadora que apresentam um sistema de disposições denominado por *ethos* de classe, que os leva aceitar as regras escolares na expectativa de terem maiores probabilidades de conseguir uma titulação básica, e o acesso ao mundo dos que detêm o capital cultural, e principalmente o êxito de realizar a ascensão social.

Podemos dizer que, nas representações sociais desses jovens, está presente a idéia de que o diploma escolar os valorize dentro de seu próprio grupo ou classe social, junto à possibilidade de ascensão social, pois a não-posse do diploma seria motivo de desqualificação; ao contrário, a posse do diploma os classificará como pessoas qualificadas mediante as exigências do mercado de trabalho. Dessa forma passam a investir suas esperanças e esforços para entrar no mundo erudito, reconhecendo os benefícios culturais que poderão obter. Portanto, é possível perceber que há um contingente de alunos que buscam o certificado escolar como forma de legitimar a posse de sua cidadania e também de legitimar sua capacidade de atuar profissionalmente. Segundo Bourdieu,

das oportunidades de ascensão pela escola condicionam as atitudes frente à escola e à ascensão pela escola – atitudes que contribuem, por uma parte determinante, para definir as oportunidades de se chegar à escola, de aderir a seus valores ou a suas normas e de nela ter êxito; de realizar, portanto, uma ascensão social – e isso por intermédio de esperanças subjetivas (partilhadas por todos os indivíduos definidos pelo mesmo futuro objetivo e reforçadas pelos apelos à ordem do grupo), que não são senão as oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas. (Bourdieu, 1998, p. 49)

Portanto, essa expectativa de ascensão social pela titulação está intimamente ligada ao *habitus* desses jovens, em função da inculcação do ser “alguém na vida na vida”, que também se relaciona à situação social, neste caso desprivilegiada. De acordo com Bourdieu, boa parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre *habitus* e um determinado *campo*. O conceito de *campo* para Bourdieu é um espaço de relações sociais que visam o poder, lugar onde as posições dos agentes se encontram prefixadas em relações objetivas que reagem à estruturação da sociedade num todo. A estrutura do campo pode ser compreendida a partir dos pólos dos dominantes e dos

dominados. Neste caso os jovens aqui pesquisados são justamente os que ocupam o segundo pólo, àqueles que se situam no pólo definido pela ausência ou raridade de capital social, sendo este o determinante da posição que um agente específico ocupa num determinado campo.

Os agentes sociais possuem estratégias para a vida em sociedade, e de acordo com Bourdieu, essas estratégias brotam como ações práticas estimuladas por uma determinada situação social. Portanto, as ações, aspirações e representações individuais não são fruto de planejamentos, mas advindas da relação entre *habitus* e os estímulos da conjuntura que os agentes fazem parte:

O habitus se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos habitus subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam. (ORTIZ, 1994, p. 17-18).

O *habitus* auxilia na apreensão de certas disposições individuais, como os gostos e preferências de grupos ou de indivíduos produtos de um mesmo contexto social. Contudo, o *habitus* não é algo invariável, mas um sistema de disposições que se constitui de forma contínua e está constantemente sujeito a novas experiências e também a novas mudanças.

Assim, os *habitus* individuais são constituídos em condições sociais singulares, em condicionamentos e trajetórias distintas das quais os agentes pertencem. São constituídos em espaços diferentes como o da escola, do trabalho, da família, do grupo de amigos:

Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe, sistematicamente organizadas nas próprias diferenças que as separam e onde se exprimem as diferenças entre as trajetórias e as posições dentro ou fora da classe. O estilo “pessoal”, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus* [...] (ORTIZ, 1994, 80-81).

Algumas interpretações a respeito do conceito de *habitus* de Bourdieu são construídas, no sentido da estrita conservação e reprodução. Porém, as análises de Bourdieu demonstram que a ordem social se constitui por meio de estratégias e de práticas pelas quais os agentes agem e reagem contribuindo para a construção da história, apresentando uma relação lógica entre uma conjuntura e sistema de disposição individuais envolvida no processo de interação com a estrutura, e não na total reprodução da estrutura.

2-JOVENS POBRES: ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO

2.1-INSERÇÃO PRECOCE NO MUNDO DO TRABALHO

A realidade econômica mundial, de acordo com alguns dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), apresenta cada vez mais a escassez do emprego, quando se trata da população jovem. De acordo com a OIT, houve um crescimento significativo nos últimos dez anos, completados em 2003, de desemprego entre jovens com idade entre 15 e 24 anos, somando um total de 88 milhões de pessoas, ou seja, os jovens com essa faixa etária representavam 47% dos desempregados em nível mundial. Em países em desenvolvimento, a probabilidade de um jovem se tornar um desempregado atinge um índice de 3,8 vezes maior do que um adulto, com idade a partir de 25 anos, ao contrário dos países desenvolvidos, cujo índice cai para 2,3 vezes maior do que um adulto a partir daquela mesma idade. Nesse sentido, quando há a disponibilidade de emprego, geralmente, remetem a ocupações de baixo salário e qualidade precária. São esses tipos de vínculo empregatício que ocupam os trabalhadores com baixa, ou nenhuma qualificação profissional, baixa escolaridade e sem habilidades técnico-científicas exigidas pelo mercado de trabalho.

De acordo com POCHMANN (2004) os empregos criados no Brasil, em sua maioria, são os mais desqualificados na divisão internacional do trabalho e de mais baixa remuneração. As consequências sociais dessa realidade geram a continuidade do trabalho precoce de crianças e adolescente, atenuando, assim a exploração e a pobreza.

A legislação de proteção à criança e ao adolescente contra a exploração do trabalho, no Brasil, é ainda muito recente. De acordo com a legislação brasileira, criança é aquele indivíduo com até 12 anos de idade. A idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, de acordo com a constituição de 1988, era de 14 anos, havendo a

permissão aos indivíduos com idade entre 12 e 14 anos na condição de aprendiz. Em dezembro de 1998, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 20, cuja idade mínima passou a ser de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, com idade entre 14 e 16 anos de idade. Houve, novamente, em 1999, mudanças da legislação brasileira em relação à idade para o ingresso no mercado de trabalho, com a aprovação do decreto legislativo nº 179, que “aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, em julho 1973, em Genebra”, com o objetivo de reduzir a incidência de trabalhadores adolescentes. Recentemente, em 2000, a Lei 10.097/2000 consolida disposições da Constituição, do ECA e altera dispositivos da CLT, proibindo qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na idade de 14 anos. De acordo com o ECA, no artigo 62, a aprendizagem é compreendida como “formação técnico-profissional ministrada segundo as bases e diretrizes de educação em vigor” e obedecendo aos seguintes critérios: “I-garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; II- atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III – horário especial para o exercício da atividade” (ECA: artigo 63). Dessa forma, a condição de aprendiz busca qualificar técnica e intelectualmente o adolescente, através de um trabalho, e através de um programa educacional previamente definido, tendo em vista métodos teóricos e práticos.

Mesmo com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que proíbe qualquer trabalho á menores de 16, salvante na condição de aprendiz, e com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a erradicação do trabalho infantil, a exploração da força de trabalho infantil ainda é significativa, no Brasil. O ECA defende que a melhor opção para a criança e o adolescente é a escola, para que no futuro possam tornar-se cidadãos qualificados técnica e intelectualmente, e que “a criança e o adolescente tem direito a educação, ao

pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (ECA: artigo 53). O ensino público, obrigatório e gratuito deve ser garantido pelo Estado, bem como a oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

Percebemos que todas essas leis estão objetivando a proteção das fases infância e adolescência, pois são fases que tem como prioridades à educação e o desenvolvimento sócio-cultural, a fim de garantir a esses indivíduos a condição de sujeitos com direitos, ou seja, de cidadãos.

Sabemos, no entanto, que todas essas medidas legais de proteção à criança e ao adolescente, privilegiando o pleno desenvolvimento desses indivíduos, nem sempre se concretizam de fato na sociedade e no cotidiano de todas as crianças e adolescentes.

De acordo com o último relatório da ONU / 2006, existem no Brasil, 2,2 milhões de crianças e adolescentes entre cinco a quatorze anos que trabalham, ou seja, aproximadamente 6,8% do total do país. E em todo o mundo há 217,7 milhões de crianças e adolescentes sendo exploradas. Destes, 217,7 milhões, 126,3 milhões são submetidos a trabalhos insalubres, ou seja, em atividades perigosas, sendo estas consideradas as piores formas de trabalho.

A inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho está relacionada com as dificuldades estruturais impostas por um padrão de crescimento econômico acompanhado de um cenário de grandes desigualdades sociais. Tendo em vista essa realidade social, os segmentos menos favorecidos tendem a desenvolver mecanismos para aumentar a renda familiar. Nesse sentido o chefe de família, sozinho, não consegue suprir todas as necessidades da casa; assim, faz-se necessário o emprego da força de trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, o ingresso de uma quantidade cada vez maior dos membros familiares no mercado de trabalho, para o aumento da renda

familiar. Geralmente, dentre os integrantes da família que se inserem no mercado de trabalho, as crianças e adolescentes são as maiores vítimas da exploração do trabalho.

A pesquisa de campo demonstra uma quantidade significativa de jovens que iniciaram precocemente no mercado de trabalho, muitos deles desenvolvendo alguma atividade remunerada antes dos treze anos de idade. Os dados apresentados demonstram uma predominância do trabalho em idade precoce entre a maioria dos jovens de periferia que trabalham e estudam no noturno.

Tabela 01. Jovens/idade que começou a trabalhar (%)

Até 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos
36,3%	20,7%	9,5%	22%	9,8%	0,7%	1%

n=150

Os dados demonstram que, dentre esses jovens, 36,3% começaram a trabalhar fora de casa com idade de até treze anos, 20,7%, ingressaram no mercado de trabalho com quatorze anos de idade e somente 22%, começaram a trabalhar com a idade de dezesseis anos. Isso quer dizer que, 66,5% dos jovens aqui entrevistados começaram a trabalhar em idade precoce, idade considerada ilegal para o trabalho, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois estes não estavam na condição de aprendiz.

Outros dados do gráfico demonstram outro quadro relevante, no sentido de que poucos desses jovens iniciaram no mercado de trabalho com idade legalmente amparada pela lei. Somente 22% deles iniciaram as atividades remuneradas a partir dos dezesseis anos de idade, 9,8% com dezessete anos e apenas 1,1% começaram a trabalhar fora de casa com dezenove anos de idade. Percebemos a existência de um cenário específico,

incorporando jovens pertencentes a uma posição social desprivilegiada, onde as condições precárias de vida acabam empurrando os jovens para o mundo do trabalho em idade precoce.

Nos relatos colhidos, através das entrevistas realizadas, podemos notar de forma clara a inserção precoce, dos jovens de periferia que trabalham e estudam no noturno, no mundo do trabalho, fator esse que se mostra presente no cotidiano desses jovens, junto à exploração predatória da força de trabalho. Lembrando novamente que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibido o trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, propondo a escola como um melhor espaço para a socialização:

No meu primeiro trabalho, eu mexia com jardins e plantas, lá tinha uma equipe de mais ou menos umas cem pessoas, tinha o período, da tarde e da manhã, eu trabalhava a tarde, era muito cansativo, precisava ajudar em casa né, mas aprendi bastante lá, fiquei, quase quatro anos lá, comecei lá com 12 anos. (Pedro, 19 anos).

Comecei trabalhar em marcenaria, comecei auxiliando, nessa época eu tinha uns dez anos, a gente que não tem condições tem que tentar de tudo né, quando eu vim para Goiânia, comecei a trabalhar num depósito de gás, entregava de bicicleta, eu tinha 13 anos nessa época, trabalhava a tarde, porque eu estudava na parte da manhã. (Ricardo, 17 anos).

Geralmente o trabalho precoce influencia de forma negativa na vida das crianças e adolescentes, impedindo-os de se dedicar a atividades lúdicas e sociais próprias dessa etapa da vida, prejudicando também o desenvolvimento, principalmente físico e educacional.

Nesse sentido, é possível desenvolver uma análise relacional entre o passado e o presente dos jovens, trabalhadores e estudantes aqui analisados, tendo como fator

principal o trabalho, pois este esteve e está presente na história vida dos agentes aqui estudados, ou seja, tanto na fase infantil como na juventude, na qual estão vivendo agora.

Através dos relatos nota-se um quadro de necessidades econômicas que permeia até hoje o cotidiano desses jovens. Ao relatarem a falta de condições financeiras junto à necessidade de ajudar nas despesas familiares, percebemos que essa realidade ainda faz parte do seu cotidiano, tendo em vista que durante a infância se submetiam as explorações do trabalho infantil e hoje ao trabalho com excessivas cargas horárias, e ainda em época de escolarização. De acordo com Vera Telles (1990),

Hoje já é mais que comprovado por inúmeras pesquisas a importância da família como espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana frente às condições que impõem a insuficiência dos salários, a instabilidade no emprego, o desamparo dos desempregados e dos trabalhadores sem emprego fixo e trabalho regular, o abandono em que se encontram os velhos, os aposentados, os doentes e os incapacitados para o trabalho. De um lado, há a conhecida mobilização do trabalho feminino e infantil no mercado de trabalho (...) (TELLES, 1990).

2.2-TRABALHO E IDENTIDADES PRECARIZADAS

Segundo a OIT, o desemprego entre os jovens de 15 a 24 aumentou significativamente nos últimos dez anos, completados em 2003, somando 88 de milhões de pessoas. De acordo com os resultados do PME, de 2004, divulgados pelo IBGE, 8 em cada 100 adultos encontravam-se desempregados. Em relação aos jovens esses índices aumentam significativamente, ou seja, três vezes mais que os índices em relação aos indivíduos adultos, para 24,5% em cada 100. Nesse sentido, são jovens que estão

praticamente sujeitos a ocupações com remunerações menores, de baixa qualidade, situadas no segmento inferior do mercado de trabalho.

Dessa forma, esse cenário demonstra uma significativa procura por parte dos jovens na busca por ocupação. Porém, é possível enfatizar que os jovens que se inserem no mercado de trabalho acabam se sujeitando a condições de trabalho precárias, comprometendo sua escolarização, ou mesmo já estando fora da escola, e muitas vezes, nesse caso, sem completar sequer os ciclos compatíveis com sua idade.

De acordo com BRANCO (2005), as situações precárias destes trabalhadores, além de “obstaculizar” o acesso dos jovens, promovem também a reprodução, nas famílias de menor renda, dos ciclos de pobreza que, acabam freqüentemente empurrando os jovens precocemente para o mercado de trabalho.

A socióloga Amélia Cohn, em seu artigo *O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?* (2004), ao analisar a questão da seguridade social, a autora lembra que, o Brasil tem a tradição de voltar suas políticas sociais basicamente para os seguintes grupos: crianças, gestantes, portadores de deficiência física, e no período mais recente, os idosos, todavia, o problema maior é que, segundo ela, os jovens ainda não se inseriram nesse “desenho”.

De acordo com a autora, o vínculo específico que relaciona direitos e seguridade com a condição de o indivíduo estar inserido no mercado de trabalho formal aprofundam a marginalização dos jovens da rede de proteção social que vem sendo “forjada” no país a partir dos anos 1920. É comum aos países que experimentaram modelos de *Welfare State*, fundamentos na sociedade do trabalho e do pleno emprego, a garantia em relação aos direitos universais, independente da posição que o indivíduo ocupa no mercado de trabalho. Àqueles indivíduos que não se encontram, no momento, sob a responsabilidade familiar, estão sob a responsabilidade do Estado. Mediante esse

cenário, os jovens por serem portadores da potencialidade de sua força de trabalho quando na idade “adulta”, se encaixam numa categoria transitória, ou seja, da infância para a maturidade, cabendo assim a eles, a garantia do acesso à educação e a saúde, ou seja, instrumentos necessários para a qualificação da força de trabalho.

Essa realidade traçada por COHN (2004) abarca o grupo juvenil em geral, porém o mais atingidos por essa falta de seguridade são em especial os filhos dos segmentos menos favorecidos da sociedade. Dessa forma podemos ver que os jovens de periferia, que estudam no noturno, já empregados, apresentam as ocupações e o acesso à educação, considerada precária, pois nem o trabalho nem a escola estão lhes garantindo, ou lhes garantirão, na idade adulta, condições de vida digna, estando estes excluídos de qualquer seguridade que garanta o acesso a um trabalho voltado para a formação profissional.

Dados do IBGE de 2002, referentes aos anos de 1992 e 1999, ajudam-nos a compreender como os adolescentes brasileiros, com idades entre 15 e 17 anos, ocupam seu tempo, considerando principalmente o estudo e o trabalho. De acordo com esses dados, mais de 40% dos jovens não estudavam em 1992, verifica-se essa realidade somando os percentuais dos que não realizavam atividade alguma (3,8%), ou dedicavam todo seu tempo aos afazeres domésticos (11,8%), ou ao trabalho (24,7%), demonstrando algo positivo em relação a 1999, pois neste ano, o número de adolescentes que estavam fora da escola caiu para 21,5%, e aumentou a proporção de jovens que só estudam de 38,9% para 55,7%. Embora tendo uma melhora neste cenário, essa situação ainda é preocupante.

Mudou-se para melhor o cenário em relação ao aumento do número de jovens ao acesso a educação, mas o que não mudou muito foi à proporção de pessoas nessa faixa

etária, 15 a 17 anos, que estudam e trabalham. Ela aumentou ligeiramente, passando de 20,8% para 22,8%, entre 1992 e 1999.

Esse cenário de trabalho precário e estudo geralmente, como já foi mencionado nesta pesquisa, pertence a um segmento específico da sociedade. Como disse Frigotto (2004), a inserção no mundo do trabalho, em idade precoce, como na idade jovem, não é uma escolha, mas é uma imposição de sua origem social.

Para o estudo dos jovens de periferia que estão no período escolar noturno e inseridos no mundo do trabalho, torna-se indispensável demonstrar alguns aspectos que estão relacionados à situação econômica desses jovens, pois dessa forma é possível entendermos melhor os fatores que os levam ao trabalho, geralmente integral, empurrando-os para o ensino noturno. Um desses aspectos encontrados durante a pesquisa, está relacionado à renda familiar dos pesquisados, que somado as variáveis escolhidas para a seleção das regiões, tentam indicar a posição social dos jovens para esta pesquisa.

Tabela 02 - Jovens/Renda Familiar (%)

Até um salário	Mais de um até dois	Mais de dois até três	Mais de três até quatro	Mais de quatro até cinco	Mais de cinco
5,3%	19,6%	25,4%	21,8%	13,4%	14,5%

n=150

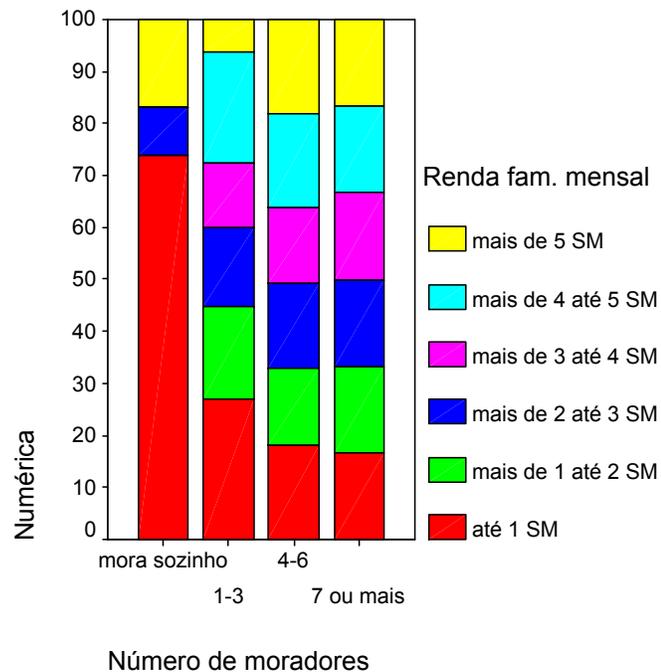
Tabela 03 – Jovens / Bens que possuem (%)

Nenhum	Automóvel	Cartão de crédito	Plano de saúde	Computador
26,8%	21,3%	23,2%	24,6%	4,1%

n=150

A renda familiar dos jovens aqui pesquisados concentra-se em mais de dois até três salários mínimos, com 25,4%, e em segundo lugar estão os com renda familiar de um até dois salários mínimos, somando os 19,6%. Podemos notar que, 44% dos jovens pertencem às famílias com renda familiar entre um a três salários mínimos. Ao olharmos somente os números, percebemos que há um quantitativo considerável de famílias, 21,8%, que possuem renda familiar de mais de três até quatro salários mínimos. Contudo, ao cruzarmos a renda familiar com o número de moradores da casa onde moram os jovens, chegamos a conclusão que a renda familiar revela-se insuficiente.

Figura 01. Jovens/ Número de moradores/Renda Familiar (%)



Desses jovens, 38% possuem família com sete ou mais pessoas e sobrevivem com mais de um até dois salários mínimos. O mais impressionante é que onde há sete ou mais pessoas na casa, nenhuma dessas famílias, apresentou renda familiar com mais

de cinco salários. Dados que ajudam a comprovar a insuficiência da renda para condições melhores de vida.

Os dados demonstram que quanto maior o número de componentes na família, menor a renda familiar. Tendo em vista que há 23% de famílias que possuem de quatro a seis pessoas com renda de mais de cinco salários.

Podemos dizer que a entrada dos jovens no mercado de trabalho depende muito das oportunidades disponíveis para a educação e para o trabalho como também a qualidade do ambiente familiar do jovem. No Brasil, onde não há políticas públicas capazes de atuar sobre as desigualdades sociais como um todo, geralmente os jovens pertencentes aos segmentos menos favorecidos se ingressam no mercado de trabalho em idade precoce, restringindo-os de privilégios que somente os segmentos mais favorecidos acabam possuindo.

Já para os jovens pertencentes às famílias ricas, inseridas num ambiente familiares repleto de oportunidade, torna-se comum à entrada no mercado de trabalho mais no final da juventude. Os jovens pertencentes á um segmento social mais privilegiado geralmente tendem ao estudo em tempo integral, sem se preocupar com o trabalho em época de escolarização. FRIGOTTO (2004), em seus estudos sobre juventude, trabalho e educação, no cenário brasileiro, enfatiza que os filhos dos donos de meios de produção, geralmente, estendem a fase da infância e da juventude, com grande maioria desses jovens, que iniciam sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em ocupações ou atividades de melhor remuneração.

O nível de satisfação com a renda familiar, também faz parte dos dados analisados. A maioria dos jovens demonstrou grande insatisfação em relação à renda familiar. Dos entrevistados, 56,7% responderam que a renda familiar não é suficiente e às vezes falta; 21,4% disseram que a renda é muito baixa, trazendo muitas dificuldades;

16,3% responderam que é exatamente o que precisam para sobreviver, contra apenas 2,4%, que demonstraram estar satisfeitas com a renda familiar.

Tabela 04 - Jovens/Satisfação em Relação a Renda Familiar (%)

Não é suficiente, às vezes falta.	É muito pouco, trazendo muitas dificuldades.	É exatamente o que precisamos para viver.	É mais do que suficiente	Não sabe
56,7%	21,4%	16,3%	2,4%	3,2%

n=150

As respostas obtidas sobre o nível de satisfação em relação à renda familiar demonstram que os jovens, mesmo trabalhando para ajudar nas despesas de casa, não conseguem integrar uma renda suficiente para satisfazer sequer as necessidades primárias. Os jovens aqui analisados, inseridos numa posição social pobre de capital econômico, ou seja, filhos de trabalhadores assalariados, produzem a vida de forma precária, através de ocupações de baixa qualidade, com cargas horárias, geralmente, além de suas condições físicas.

As condições de trabalho desses jovens foram analisadas através de dados referentes à carga horária executada por eles, a frequência de horas extras em seus trabalhos, à renda individual e através da associação entre essas variáveis.

A entrada no mercado de trabalho, por parte dos jovens, também está relacionada às oportunidades disponíveis de educação, de trabalho e também do ambiente familiar ao qual pertencem. Portanto, em um país que apresenta grandes desigualdades socioeconômicas, o momento da entrada no mercado de trabalho passa a depender das oportunidades disponíveis já mencionadas, ou seja, da posição social que o indivíduo está inserido, das condições de existência.

Dessa forma, evidencia-se empiricamente que, nos segmentos mais pobres da sociedade brasileira as demandas por trabalho se vinculam as estratégias de sobrevivência, requerendo a mão-de-obra infantil ou juvenil, e geralmente em época escolarização básica.

Ao analisar os aspectos relacionados às condições de trabalho desses jovens, nota-se que realmente são ocupações que estão voltadas para a exploração da mão-de-obra e não para a formação e qualificação para o trabalho.

Ao analisar a quantidade de jovens que tinham sua carteira de trabalho assinada, podemos perceber que dentre os entrevistados, havia quase a mesma quantidade entre os jovens com e sem vínculos formais. O gráfico demonstra que 51,2% dos jovens entrevistados, que estudam no período noturno nas periferias de Goiânia, não apresentam registro na carteira, e 48,8% deles disseram ter a carteira de trabalho assinada.

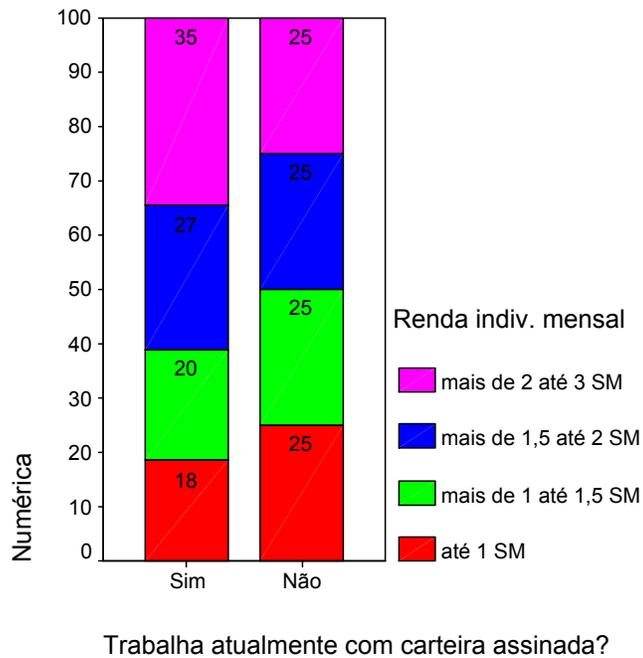
Tabela 05 - Jovens/Registro em Carteira (%)

Sim	Não
48,8%	51,2%

n=150

Ao analisar a relação entre registro em carteira e a renda individual dos jovens, nota-se que, a maneira com que a renda aumenta há um aumento nos números dos registros em carteira. Além da impossibilidade de realizar um processo educacional de fato, ou seja, sem interrupções e também a exclusão do direito à infância, há uma porcentagem significativa desses jovens que estão também sendo excluídos dos direitos trabalhistas.

Figura 02. Registro em Carteira/Renda Individual (%)



Percebemos que neste caso há uma correlação inversa, entre as variáveis, carteira assinada e renda, ou seja, quanto mais baixa a renda, menor a probabilidade de a pessoa ter carteira assinada. Dos jovens com renda de até um salário mínimo, 18% deles possuem registro em carteira, o quantitativo de registro em carteira sobe para 27% para os com renda de mais de um salário e meio até dois, subindo de forma significativa, 35%, para aqueles que ganham mais de dois até três salários mínimos.

Essa realidade pode ser relacionada às explicações de Telles (2001), ao mencionar sobre a chamada flexibilização do trabalho, ou seja, através de um modo de escapar da pressão sindical e de liberar custos trabalhistas e aumentar ainda mais a autonomia nas práticas de demissão, diante disso, uma ampla maioria de trabalhadores possui uma trajetória marcada pela instabilidade e até mesmo pela precariedade nos vínculos que cheguem a estabelecer com o trabalho.

De acordo com essa autora, o registro em carteira é uma espécie de acabamento simbólico que está implicado no exercício de direitos e na prática da representação

sindical, que constrói imagens de semelhança, reconhecimento e identificação. Podemos dizer que esses jovens estão privados desse acabamento simbólico, não havendo reconhecimento identitário. Excluídos dos direitos que garantam a identidade de trabalhador, o não registro em carteira, passa a colocar o trabalhador numa condição genérica e indiferenciada do não trabalho, acarretando a fragmentação de identidades e perda de referências coletivas.

Na economia capitalista, os trabalhadores que não possuem mão-de-obra qualificada, são submetidos à marginalização e a degradação de uma maioria da população economicamente ativa, contexto que evidencia as condições de trabalho dos jovens que fazem parte do cenário estudado. Essa realidade é demonstrada por TELLES (2001), ao dizer que os direitos trabalhistas se institucionalizaram como peça vinculada a um ordenamento jurídico, para regulamentar os usos da força de trabalho, porém, segundo ela, não se instituíram como valor, prática e referência normativa nas relações de trabalho, e dessa forma, puderam conviver “tão bem ao longo da história, com um padrão autoritário e despótico de organização do processo produtivo e o uso espoliativo da força de trabalho, e a precariedade e vulnerabilidade social instalada no mercado formal (2001, p. 96-97).

Tabela 06 - jovens/Carga Horária Trabalhada (%)

Até 6 horas	Mais de 6 até 8 horas	Mais de 8 até 10 horas	Mais de 10 horas
24,3%	34,1%	31,7%	9,9%

n=150

Dos jovens entrevistados, 75,7% deles possuem carga horária de seis até dez horas por dia, 34,1% executam mais de seis horas até oito por dia e 31,7% deles com mais de oito horas até dez por dia, e dos que trabalham mais de dez horas, somam-se

9,9%. O tempo para a dedicação aos estudos, ao lazer, acaba sendo delimitado pelo tempo de trabalho, sobrando praticamente às únicas quatro horas da noite, durante o período de aula, para o acesso ao direito à escolarização.

Para estes últimos, sabemos que o cansaço físico e o desgaste do trabalho praticamente os impossibilitam de participar ativamente do que é deliberado ao aluno na escola. Todavia, a pesquisa apresenta números consideráveis de jovens que estão exercendo carga horária de até seis horas por dia. Poderíamos pensar que esses jovens, com carga horária de seis horas, estivessem inseridos nos programas oferecidos pelo governo (menor aprendiz), cujo objetivo é o de preparar o jovem para o mercado de trabalho. Porém, a partir de uma análise mais aprofundada, somente 4,2% deles estão inseridos nos programas de emprego oferecidos pelo governo estadual e federal.

Tabela 07 - Jovens/Horas Extras (%)

Sempre	Quase sempre	De vez em quando	Não faço
9,8%	10,7%	37,1%	42,4%

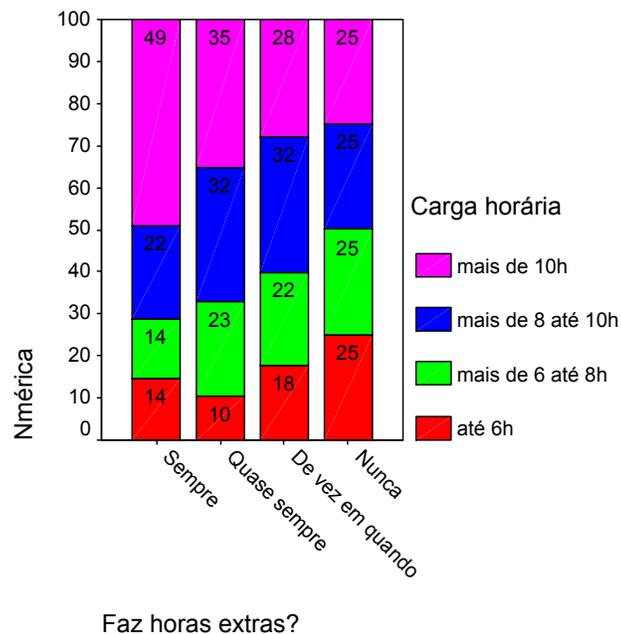
n=150

Entre os jovens que trabalham em período parcial, ou mesmo em período integral, é comum a execução de horas extras. A pesquisa demonstra que pouco menos da metade dos entrevistado, executam horas extras, de uma forma ou de outra. Temos quase 10% de jovens que disseram sempre fazer horas extras, quase 11% disseram fazer quase sempre, e uma grande quantidade (37,1%), a executa de vez em quando. Contudo, 57,6% desses jovens estão executando horas extras de uma forma ou de outra, e 42,4% deles disseram nunca ter feito horas extras no trabalho atual.

É preocupante essa realidade vivida por esses jovens, pois vimos que a maioria deles (65,8%) trabalha mais de seis até dez horas por dia, e quase 60%, faz horas extras

com alguma frequência. Torna-se evidente que mais da metade dos trabalhadores jovens e estudantes do noturno, além de ter uma carga horária de trabalho pesada, ainda realizam horas extras, demonstrando que, para o grupo juvenil, a condição de trabalho está equiparada com as do trabalhador adulto. A partir dessa realidade, percebe-se que o tempo do trabalho praticamente impossibilita a participação desses jovens em outras atividades necessárias a sua formação enquanto cidadãos. Esses jovens estão praticamente desprovidos do acesso a cultura e ao lazer, e estão inseridos num processo educacional falho, onde o aproveitamento se torna insuficiente para uma outra etapa do nível escolar, no caso o nível superior de ensino.

Figura 03 - Jovens/Horas trabalhadas/Horas extras



Não podemos deixar de analisar a relação entre as horas de trabalho executado, pelos jovens que estudam a noite e a realização de horas extras. Os dados informam que quanto maior a carga horária maior é a frequência das horas extras. Para os que trabalham até seis horas por dia, 14% deles, sempre está fazendo horas extras e 25%

nunca fizeram. Ao contrário dos jovens que trabalham mais de oito até dez horas por dia, 22% sempre faz horas extras, 32% quase sempre faz e 25%, que não a executam, no atual trabalho. Contudo, as porcentagens ainda demonstram que, dos que trabalham mais de dez horas, quase 50% deles realizam horas extras sempre, com 35% dos que realizam quase sempre.

Notamos aqui o caráter predatório da exploração da força de trabalho que esses jovens estão inseridos, quanto maior a carga horária de trabalho, esta carga tende a se estender ainda mais com a prática de horas extras. A precariedade do trabalho se mostra presente nas formas de vida desses jovens, demonstrando práticas excludentes, que compõem os acordos trabalhistas, mesmo, do mercado formal. De acordo com esses dados, pode-se dizer que a inserção desses jovens no mercado de trabalho, com essas condições trabalhistas, não é aleatória, mas está relacionada, principalmente, à posição social que esses jovens ocupam, sem outra alternativa, a não ser esta, para garantir o aumento da renda familiar, ajudando nas despesas de uma forma ou de outra.

Minha função é limpar a carne né, no frigorífico, lá eles chamam de refilar, refilador. É muito puxado o serviço, geralmente em pé o tempo todo, rápido, corrido, os chefes ficam de cima da gente, direto “vinte e quatro horas”, desde o momento que você entra, ele já está lá te esperando, e na hora que você vai embora também. (Eugênio, 18 anos).

O depoimento da estudante, ao mencionar as atividades exigidas em seu trabalho, demonstra que ela também está desempenhando uma ocupação “inferior”, enfatizando o cansaço e o desgaste físico durante a atividade.

Eu faço um pouco de cada, às vezes, não mexo tanto com cabelo, a não ser quando o salão enche, fico mais é limpando e lavando o salão, organizando as coisas, saindo para comprar

alguma coisa para a dona de lá. Mas, de vez em quando eu arrumo cabelo, quando tem muita gente no salão, no almoço ela (proprietária) compra marmitex. Eu trabalho lá, é bom, mas é muito cansativo. No sábado, principalmente, não sento quase nada, porque tenho que ficar ajudando ela, lavando e auxiliando, fico com dores nas costas, aí chego em casa morta já. (Patrícia, 19 anos).

A última entrevistada, ao contrário do anterior, não tem uma função definida no trabalho, executando várias atividades. As ocupações não definidas também fazem parte dessa nova ordem do mercado de trabalho. Segundo Vera Telles situações de trabalho semelhante a esta são executadas geralmente por trabalhadores menos qualificados, que não possuem ocupações definidas e estão sempre tangenciando o trabalho irregular e precário. As transformações no mundo da produção e do trabalho acirram as desigualdades sociais, recaindo assim sobre as classes populares, especialmente sobre as mulheres, velhos, adolescentes e crianças. Tais mudanças operam no sentido de polarizar a precarização das condições de vida de trabalho, num extremo, e a concentração de renda num outro. Dessa forma, o direito a ter direitos passa a se subordinar ao poder econômico privado, significando assim o não exercício dos direitos enquanto regra normativa das relações sociais, dotado de objetividades independente das vontades privadas e sustentada por um opinião pública que exige padrões mínimos de civilidade (TELLES, 1990).

Eu entro 7:15, sou acabamenteira de calçados, trabalho numa fábrica de calçados, eu faço de tudo um pouco, agente troca de lugar toda hora, na hora que está precisando eles te levam para outro lugar, saio 12 para o almoço, e volto 13:15, e saio 17:30 da tarde. Tem dias que fico muito cansada porque ficamos em uma mesma posição o tempo todo e não podemos ficar levantando ou espreguiçando, por que alivia né. (risos). (Gisele, 17 anos).

Após a demonstração desse cenário é possível dizer que esses jovens tiveram sua juventude roubada pelas condições precárias de vida, dando a impressão de que a juventude desaparece da realidade dando lugar a vida adulta cujas condições encurta cada vez mais a infância e conseqüentemente essa etapa da vida que estão vivendo agora.

2.3-JUVENTUDE POBRE, TRABALHO E ESCOLA

Como já foi dito anteriormente, há no Brasil cerca de 34 milhões de jovens, números que escondem uma imensa diversidade sociocultural. Contudo, 27.769.026 possuem idade entre 15 a 24 anos, faixa etária que compõe a amostra deste estudo. Em relação à população brasileira, segundo o censo de 2000, esta é composta por 169.872.856 habitantes, onde os jovens representam cerca de 20,07%. Frigotto (2004), ao analisar a procedência desses jovens em relação ao meio rural ou urbano, constatou que dos jovens entre 15 e 16 anos e 20 e 24 anos, 81% moram na zona urbana.

Dados da PNAD, referentes ao ano de 2001, indicam que existe 10.308.707 jovem na faixa etária de 15 a 17 anos, idade regular para os cursos do ensino médio. Todavia, o censo escolar do mesmo ano, 2001, constata que somente cerca de quatro milhões estavam matriculados nessa fase educacional; dentre estes um milhão ainda estava cursando o ensino fundamental ou a educação de jovens e adultos. De acordo com a PNAD, ocorreu nos últimos 20 anos o aumento do número de estudantes, de 17,4% em 1981, para 28,1% em 2001. Entretanto, houve também um aumento daqueles que estudavam e trabalhavam, de 15,4% para 20,9% entre os mesmos anos.

Tendo em vista esses dados, alguns autores colaboraram para uma melhor compreensão desse cenário. De acordo com SPOSITO (2004), em suas análises sobre

escola e trabalho, essas duas realidades constituem para os jovens brasileiros projetos interligados e passíveis de sofrer alterações, tendo em vista o ciclo da vida e as condições sociais, que permitem a eles viver sua condição juvenil.

Segundo a autora, embora venha ocorrendo um aumento expressivo do número de matrículas nos cursos de ensino médio e superior, ainda levaremos muitos anos para garantir a maior parte da população a oportunidade de completar todo o ciclo educacional. Para os segmentos menos favorecidos o direito a educação básica e as oportunidades de alcançarem uma escolarização mais avançada se dão em meio a muitos obstáculos, exemplo disso são os jovens de periferia, que tendem a trabalhar durante o dia e estudar nos cursos noturno.

De acordo com a pesquisa, *Retratos da Juventude* (2001), feita pela prefeitura de Goiânia no ano de 2001, em 1997, havia cerca de 221.000 jovens com idade entre 15 a 24 anos na cidade.

Com base no censo escolar da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, referente ao ano de 2004, havia 68.491 alunos matriculados no ensino médio regular; desses, 45.457 estudavam no período diurno, pela manhã ou à tarde, e 23.034 estudavam no período noturno. Fica evidente através dos dados que, o ensino noturno é reservado, prioritariamente ao adolescente, já inserido no mercado de trabalho, ou em busca de um emprego. Essa realidade fica clara, durante a observação dos dados referentes à oferta do turno noturno pelas escolas da rede particular de ensino. Das 74 escolas particulares de Goiânia, com 17.154 mil matrículas, destas havia apenas 123, no turno noturno, contra, 22.911 mil matrículas, neste mesmo turno, nas escolas públicas da rede estadual de ensino. Fica claro, que os jovens de posição social privilegiada não necessitam estudar a noite, pois o capital econômico dessas famílias possibilitam-nos a inserção no mercado de trabalho, geralmente, após a escolarização básica ou até mesmo

superior, como já foi referendado às idéias de FRIGOTTO (2004). O trabalho diurno, executado por esses jovens, nos moldes como vem se desenvolvendo, de forma precária, principalmente em relação às excessivas cargas horárias, é sem dúvida uma forma de excluir cada vez mais os jovens pobres do pleno direito a educação, levando-o a uma educação fragmentada, cujas bases se constroem em meio ao cansaço e ao baixo rendimento.

A frequência dos alunos do noturno, às aulas, variam muito, grande parte deles não têm acesso a todas as aulas, para estes o tempo do trabalho inviabiliza a chegada para a primeira aula. De acordo com os relatos colhidos, nota-se que praticamente todos os entrevistados afirmam acordar entre quatro e meia e cinco e meia da manhã. Portanto, ao relacionarmos o horário que acordam para o trabalho, com o uso espoliativo da força de trabalho, torna-se, para a maioria, inviável sua presença na primeira aula, surgindo então as primeiras causas que geram uma educação fraturada.

Eu acordo às quatro e meia da manhã, trabalho como porteiro, é um dia sim e um dia não, entro às oito horas e saio às seis, venho direto para o colégio. (Luís, 18 anos).

Eu levanto quatro e meia da manhã, o horário de entrada lá é seis horas, às nove horas podemos ir ao banheiro, depois trabalhamos mais uma hora e meia, e paramos para o almoço, depois do almoço, vai até as quatro e meia, vou de bicicleta ou então de rota (ônibus da empresa), aí chego em casa umas cinco horas, dou um tempinho, e tomo banho para vir para o colégio.

(Ricardo 17 anos)

Tabela 08 - Jovens / Horário de entrada nas aulas (%)

Horário Normal	Na segunda aula	Às vezes na segunda aula
42,7%	34%	23,3%

n=150

Devido principalmente ao tempo ou ao cansaço do trabalho, os jovens estudantes do noturno, das periferias de Goiânia, não comparecem sempre à primeira aula. De acordo com os dados, podemos perceber, que 42,7% desses estudantes entram no horário normal da aula, os outros 57,3%, não assistem à primeira aula. Esse quadro demonstra que a escolarização aqui está sendo interrompida gradativamente, podendo levar os jovens a perder a seqüência do aprendizado e conseqüentemente levando-os ao desinteresse pelos estudos.

A educação para os jovens pobres, efetiva-se de forma excludente, pois os jovens além de ter acesso a uma educação pública precária, o tempo dedicado ao trabalho predatório ainda continua sendo um dos grandes empecilhos para que esses jovens concretizem uma educação de fato.

Os abandonos e as evasões, ainda continuam sendo um dos grandes problemas que habitam no cotidiano dos jovens de periferia, mesmo com permissão para a chegada na segunda aula, junto ao tratamento diferenciado em relação aos turnos diurno, como: flexibilidade em relação à quantidade de trabalhos e tarefas durante a semana. Dos jovens entrevistados 51,5% nunca reprovaram, índices significativos dos que já obtiveram uma, duas, três ou mais de três reprovações durante a trajetória estudantil.

Tabela 09 - Jovens/Reprovação (%)

Nenhuma vez	Uma vez	Duas Vezes	Três vezes	Mais de Três
51,5%	31,8%	11,4%	2,4%	2,9%

n=150

Tabela 10 - Jovens/Abandono (%)

Nunca	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Mais de três
69,6%	21%	2,3%	1,1%	3%

n=150

Dos que responderam reprovados, somou-se quase a metade em relação aos que nunca foram. Dentre os motivos que levaram a reprovação, a falta às aulas foram os mais citados, com 17,1%, em segundo notas baixas (13,4%), falta de tempo (7,7%), desinteresse pelos estudos (5,3%), com o restante dos percentuais, citando outros motivos. Dos quase 30%, que responderam terem abandonado o ano letivo, para os homens o abandonaram principalmente por terem perdido o interesse pelos estudos (19%) e em segundo por causa do trabalho (15%), em relação às mulheres, o motivo principal foi gravidez (38%). Percebemos aqui um contexto de exclusão relacionado à educação dos jovens pobres de periferia, tendo em vista que uma grande porcentagem abandonou a escola por desinteresse, primeiro que, geralmente o conhecimento passado na escola não condiz com a realidade do trabalho, por eles executado, e esse mesmo trabalho exaustivo, não permite que esses jovens, se sintam estimulados para as atividades escolares, a noite.

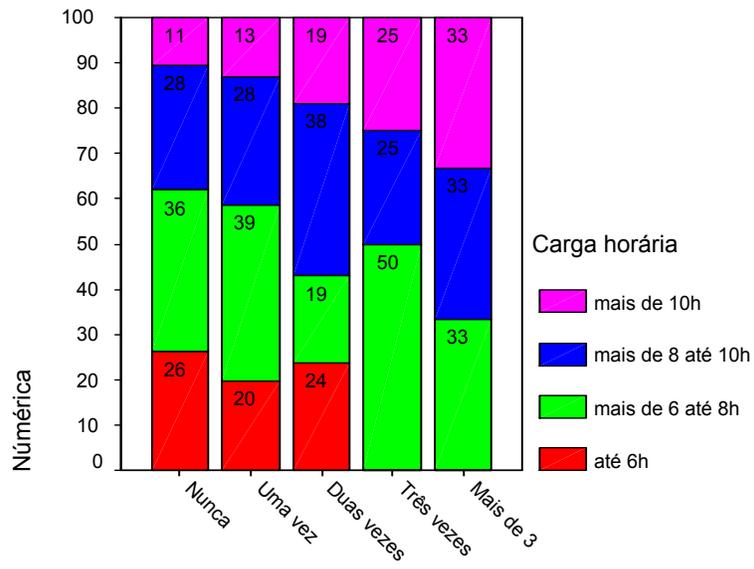
A carga horária de trabalho, executada, possui correlação significativa com às vezes que já foram reprovados. Percebe-se que, dos que responderam nunca terem reprovado, possuem carga horária de até seis horas por dia, em relação aos com carga de mais de seis, de oito ou mais de dez, que já reprovaram pelo menos três vezes, no decorrer dos estudos. Dos que executam mais de seis horas até oito, 50% deles, já reprovaram três vezes, para os com cargas acima de dez horas, 33% responderam terem reprovado mais de três vezes, contra 11% dos executam mais de dez horas de trabalho e nunca obtiveram reprovação. Dentre os que abandonaram o ano letivo, 67% dos que

executavam mais de seis até oito horas de trabalho, já desistiram três vezes, durante a trajetória estudantil. Quanto maior a carga horária é maior o aumento do número de reprovações, presentes no cotidiano escolar desses jovens. Dessa forma não descartamos a influência do trabalho predatório nas interrupções dos estudos aqui presentes, devido estes jovens possuírem uma trajetória de vida marcada pelo trabalho infantil e pelo trabalho em condições excludentes como os que executavam durante a pesquisa de campo. O tempo ocupado praticamente pelo trabalho não permite aos jovens a execução das atividades escolares extra classe, estas geralmente são feitas fora dos padrões normais para a obtenção do conhecimento científico, se concretizando de forma inadequada excluindo esses jovens das condições normais de aprendizado, ou seja, condições que gerem lugares e ambientes apropriados para o aprofundamento do conhecimento cognitivo.

Eu faço a noite, depois que eu venho da escola, quando é pouca coisa eu faço antes de dormir, e quando é muita coisa, eu levo para o meu serviço, e faço no horário do almoço. Agora quando é prova, não dá para estudar, às vezes dá pra ler alguma coisa no ônibus, no trabalho é muito barulho no almoço, aí eu fico sem estudar, e faço a prova assim mesmo, fazer o que? Né.
(Neiva, 16 anos).

Minhas tarefas de casa eu procuro fazer a noite, depois que eu chego da escola, ou, no dia que eu saio mais cedo do serviço, mas sempre faço no horário de almoço, lá no serviço.
(Wanderson, 17 anos).

Figura 04 – Jovens/carga horária/ reprovação (%)



Já obteve reprovação alguma vez?

3-AS REPRESENTAÇÕES E PERCEPÇÕES DOS JOVENS DE PERIFERIA TRABALHADORES E ESTUDANTES DO NOTURNO

3.1-ABORGAGEM TEÓRICA RELACIONAL: *HABITUS* E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este estudo também buscou analisar as relações estabelecidas entre o trabalho dos jovens de periferia e estudantes do noturno e o processo de escolarização, a partir da teoria das representações sociais associada ao conceito de *habitus* de Bourdieu. Tomamos como referencial teórico, nesta etapa da pesquisa, a Teoria das Representações Sociais elaboradas por Serge Moscovici, pois esta avança no sentido de um maior aprofundamento em relação à subjetividade e principalmente em relação ao caráter social das representações sociais.

De acordo com Moscovici, a representação significa uma forma de conhecimento autônomo que se orienta pelas próprias normas. Dessa forma as representações do sujeito em relação ao objeto estão intrinsecamente relacionadas ao grupo social que estes sujeitos fazem parte. “São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar - um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (MOSCOVICI, 2005, p. 49).

A Teoria das Representações tem suas origens na sociologia de Durkheim. Contudo, Moscovici propõe um novo conceito, em relação ao que Durkheim havia elaborado, objetivando explorar a mudança e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades modernas. O termo “coletivas”, utilizado por Durkheim, é substituído por “sociais”, rompendo com a distinção entre individual e coletivo que vigorava na concepção anterior. A partir dessa mudança, as representações seriam da natureza dos grupos sociais, pois estes as criam, jamais podendo ter um sentido universal. As

representações sociais têm como objetivo “abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa” (MOSCOVICI, 2005, p.46). As representações são vistas como estruturas dinâmicas, que operam em um conjunto de comportamentos que surgem e desaparecem, juntamente com as representações. As representações sociais devem ser vistas como uma “atmosfera”, em relação ao indivíduo ou ao grupo” (MOSCOVICI, 2005, P. 53).

Mediante a definição das representações sociais, elaborada por Moscovici, percebemos o destaque da subjetividade e do caráter social das representações, bem como sua articulação com o *habitus*. A subjetividade produz-se sobre sistemas simbólicos e emoções que são expressas, de forma diferentes, “o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais” (REY, 2004, p. 141).

Outros autores, juntamente com Moscovici, também colaboram com a teoria das representações, na obra *Representações sociais: teoria e prática*, no sentido de entender as representações sociais como fenômenos relacionados ao processo pelo qual o sentido de um objeto é estruturado pelo sujeito social, tendo em vista suas relações sociais, e mais, são construções mentais dos objetos, interligadas as ações simbólicas dos sujeitos junto a sua inserção na sociedade. (CARVALHO 2004, MADEIRA 2004, MOSCOVICI, 2004).

Mediante as idéias formuladas pelos autores, acerca da teoria das representações sociais, entende-se que estas são um conjunto de formulações, ou seja, idéias, concepções, senso comum, construídas pelos sujeitos sobre a realidade social, tendo em vistas as práticas sociais, estabelecidas em determinados espaços da sociedade. Dessa forma podemos analisar as representações a partir do discurso dos sujeitos, sobre um dado contexto social, como os sujeitos vêem determinados objetos, permitindo assim a

estruturação de fenômenos comuns. As representações sociais constituem, em nosso referencial, uma das manifestações do *habitus*, no sentido conferido por Bourdieu, tendo em vista, as estruturas constitutivas de um determinado meio social, ou seja, as “condições materiais e de existência” que caracterizam uma determinada condição de classe. Características que são apreendidas sob a forma de regularidades relacionadas a um meio social, produzindo assim um *habitus*.

As representações podem ser explicadas aqui, a partir da estrutura que define as condições sociais, vividas por esses jovens, produzindo assim, o *habitus*. A partir desse “sistema de disposições duráveis”, é possível compreender como estes atores sociais identificam seu cotidiano, tendo como base, as relações estabelecidas entre o trabalho e a escola, suas representações, junto ao significado do conhecimento para o seu cotidiano. BOURDIEU (1992), em seus estudos, destaca que, a ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual, ou seja, a ação da estrutura sobre o indivíduo se dá de dentro para fora, dessa forma os indivíduos inculcariam um conjunto de disposições para a ação, passando a conduzi-los ao longo do tempo como também nos diversos ambientes da ação. A partir do conhecimento das representações sociais que integram o *habitus*, é possível compreendermos a realidade simbólica e subjetiva dos jovens de periferia, que trabalham e estudam a noite, a fim de compreendermos suas concepções, idéias, em relação a o trabalho e a escola principalmente, através da expressão sobre a vida desse grupo social.

3.2 – TRABALHO: DISCIPLINA E ASCENSÃO SOCIAL

O cotidiano dos jovens, trabalhadores e estudantes do noturno, das periferias de Goiânia, que responderam os questionários e as entrevistas para a realização deste

estudo, demonstram que passam a maior parte do tempo no trabalho, restando a parte da noite para a dedicação aos estudos. Essa realidade ficou clara, quando os dados demonstraram a carga horária exercida por eles, juntamente com os depoimentos sobre horário de saída, de casa para o trabalho, e horário de chegada, para se direcionarem a escola. A partir desse contexto social, busca-se compreender como esses jovens sentem essa realidade, quais são suas concepções e percepções, o que pensam, o que sentem, em relação a essas atividades que fazem parte, tão intimamente, da sua cotidianidade, começando primeiramente pelas concepções sobre a atividade trabalho.

Quando perguntamos aos jovens o significado de trabalho, percebemos que um grande contingente relaciona trabalho a necessidade, independência, crescimento, auto realização, respectivamente, com nenhuma resposta relacionando trabalho à exploração.

Tabela 11. Jovens / significado de trabalho (%)

Necessidade	Independência	Crescimento	Auto Realização	Exploração	outro
37,7%	26,2%	24,6%	11,4%	—	—

n=150

Tendo em vista a posição social a que os jovens aqui estudados pertencem, moradores de periferia com baixo capital econômico não podiam ser diferentes suas percepções em relação ao trabalho: 37% responderam que o trabalho está relacionado principalmente à necessidade. Vimos que a representação do trabalho como satisfazendo as necessidades, ou auxílio na renda familiar, corrobora com a concepção aqui relatada:

Eu trabalho para ajudar minha mãe dentro de casa. Ela não está podendo trabalhar agora, e está desempregada, então eu trabalho para ajudar ela dentro de casa. (Maria, 16 anos).

A importância do trabalho para mim é só a necessidade mesmo, tem que trabalhar para ajudar em casa (Junior, 17 anos).

As respostas também relacionam o trabalho à independência, ou seja, é a partir do trabalho que os jovens se sentem mais autônomos e parecem fugir um pouco da dependência financeira dos pais, chegando a ter seu próprio dinheiro e administrá-lo, demonstrando sentirem-se mais adultos ao poder ajudar nas despesas de casa: Podemos sentir isso claramente nos discursos de alguns dos entrevistados. Essa idéia pode ser relacionada com as análises que Marques faz sobre o trabalho como parte do cotidiano dos jovens. O trabalho para os jovens funciona quase como um *rito de passagem* do mundo infantil para o mundo adulto, mas principalmente, como um projeto de família em melhorar de vida, o que significa encontrar possibilidades de fugir da pobreza. (MARQUES, 1997, p. 70).

A importância do trabalho é ser independente né, porque quando você trabalha, você é independente, tem seu próprio dinheiro, ajuda em casa, assim você se sente mais responsável também (Luís, 18 anos).

Ter meu dinheiro no fim do mês, ter aquela responsabilidade, porque é uma responsabilidade, no trabalho agente se sente mais independente (Gisele, 17 anos).

Percebemos que o trabalho está relacionado principalmente à necessidade e à independência, mas também ao crescimento, como afirmam 24,6% dos jovens. O trabalho como crescimento, percebido por eles, está relacionado a conseguir algo

melhor, tanto em relação ao trabalho, como também para melhorias das condições de vida:

A importância do trabalho é conseguir alguma coisa, não tem outra coisa de importância não, além de conseguir algo de valor, e uma vida melhor, mas para isso tenho que conseguir um emprego melhor né. (João, 19 anos).

Somente 11,4% dos entrevistados disseram ver o trabalho como auto-realização. Dessa forma, podemos até pensar que houve uma contradição, se indagarmos: Se os jovens vêem o trabalho como um caminho para “conseguir algo”, melhorar de vida, por que então, percebem tampouco o trabalho como auto-realização, como atividade fundamental em direção à autonomia? A explicação a essa questão pode se dar no sentido de que dadas às condições de trabalho em que esses jovens estão inseridos, torna-se praticamente impossível sua autonomia, no sentido de ter melhores condições de vida, pois tais condições incluem atividades com excessivas cargas horárias a que correspondem salários baixos. Alguns deixam isso bem claro em seus relatos, enfatizando que, para adquirir melhorias, teriam que realizar outra forma de trabalho. Porém, mais adiante, veremos que os jovens têm esperança de conseguir um melhor emprego através dos estudos, e assim se auto-realizarem.

Tendo em vista, o trabalho precário em que a maioria desses jovens está inserida, com forte presença da exploração da mão-de-obra, porque então nenhum deles remeteu o trabalho à exploração? As questões subjetivas são mais difíceis de compreendermos, porém podemos notar, através da realidade já estudada, que talvez os jovens não se vêem explorados devido ao fato de estarem nessas condições desde a infância, fator presente, de forma significativa, em suas histórias de vida. O trabalho já faz parte da vida da maioria desses jovens desde a infância, eles se sentem cansados,

dizem que a renda é baixa, mas precisam trabalhar, o trabalho é algo que faz parte de suas vidas, tornando-se algo indispensável. O ambiente do trabalho junto às condições de vida é produtor das diversas representações dos agentes em relação a um determinado elemento que compõe seu cotidiano.

De acordo com GUIMARÃES (2005), é a produção simbólica sobre as relações sociais no âmbito do trabalho que designa sentido como também orienta percepções, atitudes e comportamentos tanto individuais como coletivos. O espaço do trabalho é o *locus* da produção de idéias, representações e produção simbólica, estando esta enraizada na vida social que percorrem, tanto dentro como fora, dos espaços cujos se tecem as relações sociais de trabalho.

Esses jovens vivem e viveram, desde crianças, longos períodos de tempo, durante o processo de socialização, inculcando valores que remetem ao trabalho como algo que livra o indivíduo da criminalidade, da rua e do tempo ocioso, visto como um perigo para a conduta humana e como atividade, que praticada desde de pequeno, propicia a formação de um cidadão mais responsável. MARIN (2001) reforça essa idéia ao dizer que muitos pais, ao relatarem as dificuldades de educar seus filhos nas periferias dos grandes centros urbanos, apostam nas potencialidades disciplinadoras que o trabalho pode proporcionar, ou seja, valorizam o trabalho precoce como estratégia disciplinadora. A idéia do trabalho como atividade disciplinadora pode ser analisada a partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, o *habitus* de classe, que opera através da realidade objetiva criando disposições e predisposições. É na família onde o indivíduo tem o início da socialização, começando neste espaço, a construção das estruturas que vão direcionar suas percepções e o modo de apreensão da realidade social.

Meus pais falam que o trabalho é importante, ao invés de ir para a rua, se a pessoa estuda tá aprendendo alguma coisa, e se trabalha, vai aprender outra coisa também, e não vai virar o que não presta. (Bianca, 17 anos).

Meus pais sempre me falaram que tenho que trabalhar, desde de cedo já tem que começar a trabalhar para poder se ocupar, mente vazia e o tempo vazio, só serve para fazer o que não presta (Pedro, 19 anos).

Como os jovens, que conviveram e permanecem num cotidiano marcado pela transmissão de idéias voltadas para o trabalho como atividade disciplinadora, acabam transformando essa representação em base de orientação para atitudes e ações, sem ao menos notar que o trabalho precoce exclui as crianças e os adolescentes de diversos direitos, valorizando a imagem de ser adulto em idade precoce:

Eu acho bom sim, é bom porque a pessoa amadurece com o tempo, com o trabalho, a pessoa tem um maior diálogo, a pessoa vai conhecendo desde de pequeno, vai aprendendo, quando chegar num lugar mais futuramente, e não vai ter tantos problemas (Wanderson, 17 anos).

As representações são produto de disposições, pois constituem a interiorização das estruturas gerando as práticas, dos indivíduos do mesmo grupo, de uma mesma classe, dotados assim de um mesmo sentido objetivo que ao mesmo tempo é sistemático e unitário, no sentido dito por Bourdieu. Dessa forma, a representações do trabalho como atividade disciplinadora e vinculada à ascensão social, está intimamente relacionada ao processo de socialização desses jovens, ou seja, uma socialização sob a ética do trabalho.

3.3-A ESCOLA: DESCONTRAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL

Os jovens, sujeitos dessa pesquisa, possuem um cotidiano peculiar. Tais indivíduos, mesmo inseridos em condições de trabalho precário, cuja carga geralmente ultrapassa até mesmo oito horas, continuam persistindo nos estudos, pois percebem este como um caminho para uma vida menos sofrida. O trabalho e o estudo constituem para eles uma esperança de se tornar “alguém na vida”, dessa forma dos estudos depende a oportunidade de leva-los a um trabalho mais digno.

Tabela 12. Jovens / finalidade dos estudos (%)

Melhorar as condições de vida	Melhorar as condições no trabalho	Obter mais conhecimentos	Outros
53,2%	25,5%	20,1%	1,2%

n=150

O estudo, para esses jovens, está relacionado principalmente à melhoria das condições de vida (53,2%), em segundo lugar à condições no trabalho (25,5%) e, finalmente, com 20,1% afirmando estudar para obter mais conhecimentos, ou seja, relacionando estudo com a formação cognitiva. Quando indagados a respeito dos objetivos da escola, uma maioria significativa (87,6%) remete a escola ao futuro profissional. Os relatos nas entrevistas também demonstram essa percepção.

Tabela 13. Jovens / Finalidade da escola (%)

Futuro profissional	Entender a realidade	Conseguir emprego	Para a vida cotidiana	Fazer amizades	Outros
87,6%	5,4%	5,0%	1,7%	0,3%	—

n=150

O estudo é o que vai me garantir uma profissão, o meu futuro, no que eu trabalho hoje, não tenho garantia, mas o estudo vai me garantir um futuro mais brilhante, que é meu sonho.

(Fabiana, 17 anos).

O estudo vai me garantir uma profissão, porque no meu trabalho eu não tenho uma profissão, lá tenho que fazer de tudo o que o patrão manda (Pedro, 19 anos).

Ao pensarmos sobre essas percepções em relação à escola, sinalizando um caminho principalmente para um futuro profissional, dados do censo (IBGE, 2000), demonstram que, quanto maior a proporção de pessoas com acesso a níveis elevados de escolaridade, maiores são as chances de reduzir as desigualdades econômicas. Embora venha ocorrendo um aumento significativo do número de matrículas no ensino médio e superior, o acesso à educação ainda é um fator de preocupação do país. Em 2000, apenas 19% dos brasileiros, com 15 anos ou mais de idade, tinham escolaridade secundária completa e somente 4% possuíam diploma de curso superior. Em 1999, a taxa de escolarização superior (número de matrículas em cursos universitários dividido pela população de 20 a 24 anos de idade) era de apenas 13%. Ao compararmos a taxa de escolarização superior do Brasil com a de outros países, percebemos uma diferença gritante. Neste mesmo ano, a Argentina apresentava índices de 39%, na França 50% e os Estados Unidos, 80%.

O que percebemos é que os jovens, ao relatarem suas percepções em relação ao curso superior, ao ingresso à faculdade, demonstram ser importante para a melhoria das condições de vida, mas afirmam serem incapazes, percebendo essa fase educacional como algo distante da sua realidade. Enfatizam a necessidade de cursos técnicos antes de ingressarem, eventualmente, no nível superior de escolaridade. A percepção dos cursos superiores como distantes de seus horizontes torna mais atraentes e próximos os cursos profissionalizantes, na visão desses indivíduos:

Estou pensando em me ingressar numa faculdade, mas pretendo fazer primeiro um curso em técnica em segurança do trabalho, depois a faculdade, porque depois vou estar melhor financeiramente, mas a faculdade é muito difícil, para mim é quase impossível. (Fábio, 19 anos).

Pensar eu penso, em fazer faculdade, mas para mim é muito difícil né. Vai ser muito difícil. Eu não tenho sei lá, visão, modo de ver, isso aí para mim..., eu quero mesmo é terminar agora o terceiro ano e fazer uns cursos, alguma coisa que dê para arrumar um emprego melhor. Faculdade para mim já é mais complicado, no meu modo de ver, já é um bicho de sete cabeças (risos). (Marcelo, 18 anos).

A percepção de que, nos dias atuais, não saber informática ou não fazer alguns outros cursos, como os profissionalizantes, é não estar preparado para o mercado de trabalho, faz com que a maioria dos jovens sinta a necessidade de perseguir um investimento escolar maior. No entanto, poderíamos mencionar, por meio de uma dúvida, se esses aperfeiçoamentos asseguram de fato condições melhores, tendo em vista um contexto marcado pela precarização do trabalho e dos estudos. Diante desse quadro torna-se necessário remetermos às análises de BOURDIEU (2001) sobre as instituições educacionais. Segundo o autor, na França, o problema do sistema escola era a exclusão devido à falta de vagas; com ao aumento do número de vagas e com incorporação dos setores que estavam fora, percebe-se que a exclusão está presente no próprio interior do sistema. “Os alunos e os estudantes de famílias pobres têm todas as probabilidades de conseguir, no final de uma longa escolaridade, nada mais nada menos do que um diploma muito desvalorizado. A escola é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo fonte de uma imensa decepção coletiva”. (BOURDIEU, 2001, p. 483).

Os alunos desacreditam na possibilidade de um preparo melhor para o vestibular, no sistema de ensino que freqüentam, descrevendo a educação pública como

fraca, com recursos educativos precários. Esses jovens admitem que, em relação à qualificação dos professores, o ensino público teve um avanço significativo, porém as escolas públicas, principalmente as de periferia, encontram-se deterioradas fisicamente e praticamente sem recursos para um ensino realmente de qualidade:

Eu acho que aqui na escola, está tendo poucas aulas, eu acho que deveríamos ter mais aulas, deveria assim, ter mais ajuda do governo também, com recursos para melhorar o ensino, essas paredes do jeito que estão, cheias de buracos, sujas, vidros quebrados, a gente fica até sem vontade de estudar, sem computadores para pesquisar, sem biblioteca, se eu for falar tudo... Muito sem organização, pôxa, deveria ter um incentivo a mais do governo, acho que ele deveria olhar mais por esse lado, desse jeito quero ver passar no vestibular, só temos dois livros³ (Wanderson, 17 anos).

Eu acho que a escola deveria ter informática, mais recurso, né, mais livros, porque, fora o de matemática e português, os outros a gente tem que xerocar, e não é sempre que a gente tem dinheiro né, mas a gente vai levando, quando os professores falam em vestibular, eu não sei não, desse jeito..., a única coisa que salva mesmo são os professores que são muito bons, mas o resto... , porque hoje em dia temos professores bem melhores, quando eu fazia a quinta, sexta série, não sabiam nada. (Ricardo, 17 anos).

Quando os jovens responderam sobre as coisas que mais gostam na escola, é consenso entre eles que a melhor coisa na escola é o horário do recreio e os momentos para fazer amizades e bater papos com os colegas. Esse tempinho do recreio, quinze minutos, é visto como um momento para o relaxamento e descontração, devido só fato

³ O ensino médio, recebe do MEC, dois livros didáticos, Português e Matemática, aprovado para o ano de 2007, o livro de Biologia.

de passarem muito tempo nas atividades no trabalho, enfatizando ser o único tempo para “colocar as fofocas em dia”.

Com certeza, é o horário do recreio, me distraio muito quando estou conversando com meus colegas, fico mais livre assim perto deles, sem a pressão do trabalho. (Pedro, 19 anos).

Conversar com os colegas, encontrar com a namorada, essas coisas, na hora do recreio, agente se sente mais a vontade, até mais descansado (Júnior, 18 anos).

O que eu mais gosto são as amizades, aqui eu chego e já vou conversando, fazendo brincadeiras... Essa é a melhor parte, porque durante a semana agente não tem como se distrair em outro lugar e encontrar os amigos, e na escola agente vê todo mundo. (Gisele, 17 anos).

A hora do recreio, agente rever os amigos, bate aquele papo legal, comenta um pouco sobre a aula que teve, horário do recreio é um horário muito bom, nesse horário agente relaxa. (Wanderson, 17 anos).

Para esses jovens, com um cotidiano marcado pelas responsabilidades, e pela fase adulta precoce, a escola passa significar também, além do estabelecimento para o aprendizado, como espaço que possibilita o encontro entre os amigos, mantendo uma diferença na relação estabelecida na família e no trabalho. Dessa forma, a escola passa a ser marcada, por ser um espaço de novas relações. De acordo com GUIMARÃES (1992), os alunos do noturno são capazes de “metamorfosar” tanto o espaço do trabalho como principalmente o da escola, criando neste ambiente espaços para as brincadeiras, o encontro com os amigos, momentos estes de reconstrução cotidiana que se dão em situação diversas, assumindo formas surpreendentes e gratificantes.

Os jovens trabalhadores e estudantes vivem praticamente todo seu tempo em função do trabalho, havendo uma restrição em relação ao tempo para o lazer e o

encontro com amigos. Geralmente o tempo de descanso é aos domingos, pois as maiorias desses jovens trabalham também aos sábados e outros folgam, apenas uma vez por semana.

Só folgo aos domingos à tarde, das treze as dezessete; esse é o tempo para fazer alguma coisa, quando não faço os trabalhos da escola, tento ir na casa de alguns amigos bater papo. (Wanderson, 17 anos).

Na concepção desses jovens os estudos não condizem com a realidade do trabalho, os conhecimentos adquiridos na escola, não são aproveitados no trabalho. Vêm os conhecimentos como um conjunto de informações que podem utilizar no dia-a-dia fora da esfera do trabalho, ou seja, nas conversas com amigos, por exemplo, ou para discutir sobre as informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa:

Não está tendo não. O que eu faço lá, não tem nada a ver com o que eu aprendo aqui, porque é carregar peso, né. Carregar peso não tem nada a ver com a escola (Pedro, 19 anos).

O que eu aprendo na escola, não tem muito a ver com meu trabalho, às vezes quando tenho que fazer alguma conta, agora quando a gente ta conversando entre amigos, sobre alguma coisa do país, ou outras notícias, que passam na televisão, aí a gente lembra das aulas e comenta, mas só nisso mesmo (Thaís, 17 anos).

3.4-A RELAÇÃO TRABALHO E ESCOLA

Trabalhar e estudar no período noturno são elementos que estão acoplados ao cotidiano de um contingente significativo de jovens que moram nas periferias das

grandes metrópoles, e neste caso, de Goiânia. Ao trabalhar com essa temática não podemos deixar de demonstrar as percepções desses jovens em relação à execução das atividades trabalho e estudo noturno em seu dia-a-dia.

O trabalho durante o dia e o estudo à noite acarretam o cansaço, a falta de ânimo durante as aulas e o excessivo sono, tanto na escola, quanto no horário de ir para o trabalho. Os jovens percebem o estudo a noite após longas jornadas de trabalho como um obstáculo à aprendizagem de fato, diferenciando-os dos jovens que trabalham somente meio período, ou que não trabalham e só estudam. Demonstram esperanças em continuar com os estudos para fugir da situação precária em que se encontram. Terminar os estudos para esses jovens está relacionado ao término do ensino médio. A prática das duas atividades também está ligada a “ser alguém na vida”, para os jovens de classes menos privilegiadas:

É meio puxado, é meio difícil, às vezes agente dorme no serviço, não dorme direito à noite, levantar quatro horas todos os dias (...), chega na escola, ta meio cansado, às vezes tem que criar ânimo, para copiar uma tarefa, prestar atenção na aula, mas esforçando um pouco agente sempre aprende mais, tem que ver, que, para adquirir alguma coisa na vida hoje em dia, a gente não pode desistir de primeira, porque obstáculos igual esses virão, então a gente tem que se preparar. (...) Aquele que só estuda, tem mais chance de crescer, porque aquele que só estuda, tem mais tempo para se dedicar aos estudos, e aquele que trabalha e estuda, não tem um tempo reservado, ele quer porque quer, mas às vezes ele não dá conta. As vezes ele quer tal coisa, mas não tem tempo para correr atrás daquilo, as vezes as coisas são longe, igual, eu moro longe, mas tento correr atrás das coisas, as vezes não dá. (Pedro, 19 anos).

Ao compreendermos as percepções desses jovens em relação a essas duas atividades, percebemos uma luta contra o sono o cansaço, em busca de um futuro melhor, cujas esperanças estão nos estudos:

Você que precisa trabalhar e estudar, precisa assimilar muito, porque não tem tempo de estudar depois, aquela pessoa que não trabalha, que tem tempo livre para estudar, tem uma vontade e chances maiores de entrar numa faculdade pública, de ter uma profissão melhor, até em matéria de conhecimento mesmo, porque, como você trabalha o dia todo, não aprende direito como quando está descansado. O filho da minha patroa estuda em colégio particular, até meio dia, depois dorme um sono, e depois começa a fazer as tarefas, estudar mesmo, ele tem só 17 anos, fala inglês. Eu tenho dezoito anos, e ainda estou no segundo ano, aí você percebe a diferença entre quem é pobre e precisa trabalhar e estudar e quem é rico e fica para estudar, com vida confortável. (Fabiana, 17 anos).

Tendo em vista esse contexto, e lembrando das análises de Bourdieu, percebemos que esses jovens têm acesso a uma educação falha, que não satisfaz as necessidades exigidas para cursos superiores de qualidade, demonstrando-se ilusório, na percepção desses jovens, o único caminho para saírem desse contexto de pobreza e exploração. De acordo com BOURDIEU (1982), cada grupo social, em função das condições objetivas que caracteriza sua posição na estrutura social, formaria um sistema específico de disposições para a ação, e transmitido aos indivíduos na forma do que ele conceitua como *habitus*. De acordo com a posição do grupo no espaço social e o volume e os tipos de capitais, econômico, social, cultural e simbólico, pertencentes aos seus membros, certas estratégias seriam mais rentáveis e outras mais arriscadas. Dessa forma, os membros de cada grupo social terão que investir parcelas maiores ou menores, em relação ao tempo, dedicação e recursos financeiros, na carreira escolar de seus filhos. Um grupo social que não precisaria investir tão pesadamente na escolarização dos filhos como caminho para a manutenção da posição social seria a elite. Por outro lado às classes médias devem sua posição social sobretudo a certificações escolares. O grupo, pobre em capital econômico e cultural, investiria de moderadamente no sistema de ensino, devido à falta de recursos econômicos, sociais, e,

sobretudo culturais. Neste caso, aspira-se apenas, para os filhos das classes populares, o suficiente para manter-se ou elevar-se em relação ao nível socioeconômico dos pais e almejem os estudos com menor tempo para uma inserção mais rápida ao mercado de trabalho.

Para os jovens aqui estudados, a ascensão social está distante de sua realidade, por não possuírem condições econômicas para investir em seus estudos, e pelo fato de serem desprivilegiados quanto ao capital cultural. Dessa forma, o sonho de uma ascensão social através dos estudos, poderia ocorrer, conforme Bourdieu constatou, na simples elevação ao nível socioeconômico dos pais, pois o único investimento aqui é o restrito tempo às atividades escolares junto ao cansaço do trabalho pesado. A ascensão social por meio dos estudos, no sentido já expresso para esses jovens, poderia ocorrer via cursos superiores “profissionalizantes”, geralmente oferecidos pelas faculdades privadas, cujas mensalidades não condizem com a situação econômica desses jovens, impedindo-os de pagá-las:

A faculdade é assim, se não passar no vestibular das públicas, tem que pagar, ou não pagar e ficar sem, porque para quem não pode pagar, é o jeito tentar outra coisa, cursos. (Luís, 16 anos).

Eu queria poder não precisar trabalhar, dedicar mais aos estudos, a nossa escola não oferece uma ampla educação, em termos de conhecimento, eu queria assim, estudar, numa escola mais avançada, igual aquelas escolas que fica o dia inteiro estudando, escola integral, assim tenho certeza que teria um futuro profissional bom. (Fabiana, 17 anos).

Em relação às expectativas de vida, as respostas direcionam-se a melhores condições de vida, almejando condições mais confortáveis:

“Meus planos é estudar, acabar meus estudos, e fazer meu curso de técnico de segurança mesmo, e depois seguir outra carreira. Trabalhando nisso, melhorando e ganhando experiência, acho que é acabar os estudos e ir em frente, porque nada é fácil. (Marcelo, 18 anos)

3.5 - PRÁTICAS E TEMPO LIVRE

No Brasil, os jovens ocupam o tempo que tem livre de inúmeras formas, apresentando condições bastante variadas. Segundo BRENNER, DAYRELL, CARRANO (2005), noções como diversidade e desigualdade devem ser apreendidas como categorias analíticas para se compreender a complexidade sociocultural do ser jovem nas diferentes regiões do país.

As práticas culturais e o aproveitamento do tempo livre dos jovens estão relacionadas ao contexto social que foram socializados, podendo apresentar diferentes aspectos dentre a infinidade de práticas socioculturais existentes numa dada sociedade, ou globalmente. Ao relacionarmos essas práticas ao conceito de *habitus* de Bourdieu, compreende-se que os indivíduos durante o processo de socialização passam a inculcar disposições relativas ao *habitus* do grupo social que pertencem, passando a participar de um sistema de preferências, caracterizando, assim, um estilo de vida. Bourdieu, em seus estudos sobre, *Gosto de classe e estilos de vida (1983)*, diz que as diferentes posições no espaço social correspondem a característicos estilos de vida, vistos como desvios diferenciais que são a “retradução simbólica” de diferentes objetividades que estão inseridas nas condições de existência. As condições semelhantes de existência produzem *habitus* que engendram práticas diversas, que são produtos do contexto social as quais são adaptadas. Dessa forma os gostos e preferências, como também as práticas que correspondem ao estilo de vida dos jovens de periferia, que trabalham e estudam no noturno, são práticas geradas a partir do *habitus* de classe, relacionadas à posição social

que pertencem. Não será possível, neste trabalho fazermos grandes comparações entre as posições sociais e os diferentes estilos de vida gerados a partir dos diferentes habitus, devido os agentes desse estudo pertencerem a posições sociais com capitais (econômico, cultural e social) próximos, pois o objetivo desta etapa da pesquisa é perceber os gostos e a ocupação do tempo livre dos jovens estudantes trabalhadores de periferia.

Como esses jovens foram socializados sob a ética do trabalho, inculcando valores que relacionam o trabalho, até mesmo o infantil, a uma moral disciplinadora, e a escola como meio para a ascensão social, para a fuga das condições de vida precárias, demonstram preferências pelos assuntos relacionados à educação (43,4%) e ao emprego ou profissão (26,9%). Os assuntos relacionados ao esporte ou outras atividades como cultura e lazer, relacionamentos amorosos e família apresentaram juntos, 29,7%, índice considerado baixo, quando divididos, em relação aos assuntos preferidos dos jovens estudantes trabalhadores, não compondo o cerne de suas aspirações, ou ações.

Tabela 14. Jovens/assuntos preferidos (%)

Educação	Emprego/Profissão	Esportes /Atividades	Cultura e lazer	Relacionamentos amorosos	Família	Outro
43,4%	26,9%	9,6%	8,5%	5,3%	5,5%	0,8%

n=150

A pesquisa demonstra que há uma relação significativa entre a preferência por determinados assuntos e a série freqüentada por esses jovens. Percebemos que entre os alunos que possuem uma maior escolaridade, dentre as séries do ensino médio, tendem a preferir assuntos voltados ao aprimoramento do conhecimento. Os assuntos relacionados à cultura e ao lazer, também estão entre as preferências dos que estavam cursando a terceira série (54%), contra apenas 15% dos que estavam na primeira.

Os jovens que freqüentavam a primeira série demonstraram maior preferência pelos assuntos vinculados aos relacionamentos amorosos, enquanto que as séries seguintes (2ª e 3ª) preferem conversar sobre religião e sexualidade, política e governo, respectivamente. Dentre os estudantes entrevistados, somente os que cursavam a terceira série responderam gostar de assuntos relacionados a essa temática.

As preferências por determinados estilos musicais estão ligadas ao *habitus* de classe, no sentido de Bourdieu, gostos esses que são gerados a partir do espaço social que o agente faz parte.

O estilo sertanejo representa o *habitus* musical dos jovens agentes dessa pesquisa, com 42% das preferências. Em segunda opção ficou o Rock (28,2%), dentre as outras preferências, ficaram MPB e evangélico (5,7%) e Axé (5,2%), Pop e Rap (4,5%), e por último pagode (2,6%). A maioria das preferências ao estilo musical sertanejo deve-se ao fato de o Estado de Goiás, e sua capital, apresentar em suas práticas culturais o *habitus* da cultura sertaneja. Os gostos musicais variam também em relação à escolarização adquirida por esses jovens. Quanto maior a série, o gosto por estilos musicais, característicos das classes com maior capital cultural, ou seja, a classe dominante, tende a aumentar. Estilo musical MPB, aparecem como um dos preferidos, dentre os alunos do terceiro ano, o rap aparece como o preferido dos jovens que freqüentam a primeira série do ensino médio, movimento de cultura juvenil que surgiu nos Estados Unidos no final dos anos 60, compondo práticas culturais dos jovens negros e latinos americanos nos guetos e ruas dos centros urbanos e hoje compõem principalmente as práticas e o *habitus* cultural dos bairros periféricos das metrópoles do Brasil.

Autores como, RIBEIRO E LOURENÇO (2003), ao analisarem as práticas e valores que orientam os jovens as práticas sociais, diz que a juventude ameaçada e

limitada tem sido envolvida por imagens de “amor romântico”, ligada à música sertaneja, vista por ele, como difusora de símbolos de “bom comportamento”, que alimentam a existência banal correspondendo a arranjos emocionais imediatistas, chamado por ele de “massificação do senso comum”, que constituem verdadeiros e ricos acervos da experiência popular, desvalorizados pela cultura dominante.

As práticas de lazer durante o tempo livre são características do *habitus* de classe, também vinculado ao quantitativo de capital econômico e cultural que caracterizam o espaço social que determinados jovens pertencem.

Em relação as práticas durante o tempo livre, destacou-se “dançar”, em primeiro lugar, em segundo lugar ficou “ir à missa ou a encontros religiosos”, “shopping”, “Ir a bares ou em festas com amigos/de amigos”, 20,3%, outras atividades culturais, como ouvir música, ir ao cinema, conversar com amigos, assistir TV, com 20%.

Gosto de ir para a igreja, conversar com os amigos (Fabiana, 17 anos).

Eu gosto muito de ficar no bar, bem aqui, pertinho do colégio (Pedro, 19 anos).

Entre homens e mulheres, as ocupações do tempo livre não apresentaram muitas diferenças, exceto a categoria ir a missa, com 10% para as meninas contra apenas 2% para os meninos, frequência a bares com 9% para os homens e 2% para as mulheres, e por último a categoria caminhadas e esportes, com 11% praticada por homens e nenhuma mulher executando essa atividade. As meninas em seus relatos estão mais propícias a ocuparem seu tempo livre principalmente dentro de casa, ouvindo músicas e assistindo TV.

Gosto de ir para a igreja, conversar com os amigos (Fabiana, 17 anos).

Ficar em casa mesmo, escutar música, assistir televisão, e descansar (Maria, 16 anos).

O tempo livre desses jovens apresenta um cenário de precários acessos a bens, espaços públicos de cultura e lazer, retrato que pode ser designado aos jovens de segmentos pobres, pertencentes à sociedade brasileira. São excluídos de capital econômico e cultural, pertencentes à cultura dominante.

Tendo em vista um quadro com grandes desigualdades sociais, com restrições orçamentárias, às atividades voltadas para a cultura e o lazer são geralmente percebidas como algo banal e muitas vezes restrito a segmentos privilegiados da sociedade. Mediante essa realidade, “o tempo livre não é espaço, apenas para atividade de lazer, cultura e entretenimento, é também momento de construção de relações sociais. É preciso investigar até que ponto a busca da religião como ocupação do tempo livre, sem desconsiderar a satisfação de necessidades espirituais percebidas pelo sujeitos, pode estar sendo tributária da precariedade material e da falta de infraestrutura de cultura, lazer, especialmente para os jovens de baixa renda” (BRENNER 2005, DAYREL 2005, CARRANO 2005, P. 212).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos aqui de um contexto social que envolve jovens pobres da periferia de Goiânia, inseridos no mercado de trabalho em condições precárias e exercendo o direito à educação de forma incipiente. O trabalho não conduz, no contexto social desses jovens, à construção identitária e à socialização, mas à constituição de identidades fraturadas num contexto de precarização e exclusão. Os jovens da periferia, trabalhadores e estudantes do noturno, são excluídos de situações dignas de sobrevivência, pois dependem de uma inserção precoce no mundo do trabalho, que lhes propicia salários que custam exaustivas horas de trabalho e que acarretam conseqüências negativas, nos aspectos físico, moral e educacional, penalizando cada vez mais as chances de uma possível ascensão social e o reconhecimento como cidadãos de direitos.

A educação é adquirida de forma falha, como reconhecem os próprios agentes desse estudo. As escolas públicas de Goiânia, principalmente as situadas nas periferias, não apresentam estrutura que garanta uma educação voltada para o crescimento moral e para oportunidades de igualdade. Ao contrário, são escolas com estrutura e organização muito precárias, tanto física quanto pedagogicamente. As instituições de ensino na periferia de Goiânia, em sua maioria, não possuem bibliotecas, laboratórios de informática, quadras de esporte. De acordo com o Censo Escolar (2005), dentre as doze escolas situadas nas regiões mais periféricas de Goiânia, incluindo as cinco escolas escolhidas para a realização desse trabalho, somente três possuíam biblioteca, apenas duas ofereciam quadra de esporte, e nenhuma possuía laboratório de informática. Portanto, diante dessa desestrutura educacional, do trabalho predatório e do abandono, o que ainda prende esses jovens à escola é o simples fato dela figurar como a única

possibilidade para um emprego melhor e para a ascensão social, demonstrada em suas representações sobre essa instituição. Os jovens valorizam o direito de estudar, não porque esse direito lhes seja garantido de fato, mas porque acreditam ser esse caminho o único para sair das condições de vida precária que fazem parte. Os jovens, sujeitos na pesquisa realizada, são excluídos do pleno direito a educação, pois os estudos só podem ser realizados durante o horário do almoço no trabalho, no transporte urbano, na própria escola junto ao cansaço após a jornada de trabalho ou em casa, após o término das aulas. Com os estudos muitas vezes interrompidos devido ao trabalho precário, os jovens não se afirmam como cidadãos, pois ainda permanece sobre a simbologia do trabalho como profissão estável e reconhecida e da educação, como fatores constituintes da identidade social e determinantes na para a dinâmica das relações sociais.

Mediante essa realidade excludente, podemos dizer que a educação, em relação ao que concerne aos jovens de periferia, deve ganhar prioridade, como também a viabilização de uma forma digna para a autodeterminação, que se dá por meio do trabalho, porém não nos moldes em que ocorre nesse contexto.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Dissertação: Juventude, Trabalho e Ensino Noturno: um estudo sobre os jovens da periferia de Goiânia

I-DADOS PESSOAIS

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____

Estado Civil: _____

Naturalidade: _____

Série que frequenta no Ensino Médio: () 1ª série; () 2ª série; () 3ª série.

II-SITUAÇÃO ECONÔMICA

1-Situação da moradia em que você mora:

[1] () própria;

[2] () alugada;

[3] () cedida;

[4] () outro.

2-Quantas pessoas moram em sua casa?

[1] () mora sozinho(a)

[2] () 1-3;

[3] () 4-6;

[4] () mais de 7

3-Quantas pessoas da família possuem renda?

[1] () 1-3;

[2] () 4-6;

[3] () mais de 7

4- Renda familiar mensal (soma dos rendimentos obtidos pelas pessoas da família):
_____ reais.

5- quantos cômodos sua casa possui

- [1] () 1
- [2] () 2
- [3] () 3
- [4] () 4
- [4] () mais de 4

6- Você diria que o dinheiro que você e sua família ganham hoje:

- [1] () é mais do que suficiente;
- [2] () é exatamente o que vocês precisam para viver;
- [3] () não é suficiente, às vezes falta;
- [4] () É muito pouco, trazendo muitas dificuldades;
- [99] () não sabe.

III – SOBRE O TRABALHO DO ENTREVISTADO

1- Com quantos anos começou a trabalhar fora de casa? _____

2- Em que atividade? _____

3- Qual é o principal motivo para você trabalhar?

- [1] () ajudar nas despesas de casa;
- [2] () comprar coisas de seu interesse;
- [3] () porque gosta;
- [4] () porque o trabalho é importante para a pessoa;
- [5] () outro.

4- Trabalha em qual função? _____

5- Qual é a sua renda mensal (renda individual mensal)? _____ reais

6- No atual trabalho tem sua carteira assinada?

- [1] () sim
- [2] () não

7- Normalmente quantas horas por dia você trabalha? _____.

8- Faz horas extras:

- [1] () sempre;
- [2] () quase sempre;
- [3] () de vez em quando;
- [4] () nunca.

8-16- Você faz ou já fez parte de algum desses programas sociais do governo:

- [1] () Bolsa escola;

- [2] () Salário escola;
- [3] () Pró-cerrado;
- [4] () Primeiro emprego;
- [5] () outro _____;
- [6] () nunca.

IV-ESCOLA

1-Você entra na aula em que horário?

- [1] () geralmente no horário normal (19:00 até 19:15);
- [2] () na primeira aula, geralmente com atraso;
- [3] () às vezes entro na segunda aula;
- [4] () geralmente entro na segunda aula;
- [99] () outro _____.

2-Em relação a sua freqüências às aulas, você?

- [1] é assíduo
- [2] falta de vez em quando
- [3] sempre falta

3- Se você já parou de estudar, foi **principalmente** por qual motivo?

- [1] () nunca interrompi os estudos;
- [2] () horário do trabalho;
- [3] () acúmulo de atividades;
- [4] () não gosta de estudar;
- [5] () desinteresse pelos estudos;
- [6] () gravidez
- [7] () problemas familiares;
- [8] () problemas de saúde;
- [9] () mudanças de residência;
- [10] outro _____.

4-3-Já foi reprovado alguma vez?

- [1] () nunca fui reprovado;
- [1] () 1;
- [2] () 2;
- [3] () 3;
- [4] () mais de 3.vezes

5-Em sua opinião qual o **principal** motivo que te levou a reprovação?

- [1] () dificuldades de aprendizado;
- [2] () notas baixas;
- [3] () faltas às aulas;
- [4] () desinteresse pelos estudos;
- [5] () outro _____

5-Está estudando principalmente para?

- [1] () melhorar as condições de vida;
- [2] () obter mais conhecimentos;
- [3] () melhorar condições de trabalho;
- [4] () outro _____

PERCEPÇÕES

-SOBRE A ESCOLA

1-O que você aprende na escola, é considerado:

- [1]()muito importante
- [2]()pouco importante
- [3]() mais ou menos importante
- [4]()nada importante

2-Em qual dessas categorias você relaciona a importância da escola:

- [1]()para o futuro profissional
- [2]()para entender a realidade
- [3]()para coisas que faz no dia-a-dia
- [4]()para fazer amigos
- [5]()para conseguir trabalho

-SOBRE O TRABALHO

1-Para você, trabalho é:

- [1]()necessidade
- [2]()independência
- [3]()crescimento
- [4]()auto-realização
- [5]()exploração

-SER JOVEM

1-Quais os assuntos que mais lhe interessam atualmente?(marque 3)

- [1]()educação
- [2]()emprego/profissional
- [3]()cultura lazer
- [4]()esportes/atividades físicas
- [5]()relacionamentos amorosos
- [6]()família
- [7]()saúde
- [8]()segurança/violência
- [9]()drogas
- [10]()governo/política
- [11]()sexualidade
- [12]()temas gerais
- [13]()religião
- [14]()amizades
- [15]()economia/finanças

-LAZER

1- O que você mais gosta de fazer no tempo livre?

- [1]()ir dançar
- [2]()ir a missa/igreja/culto
- [3]()ir ao shopping
- [4]()passear em praça ou parque

- [4]() ir a festas em casa de amigos
- [5]() ir a bares com amigos
- [6]() viajar no fim de semana
- [7]() ir a lanchonete
- [8]() ir ao cinema
- [9]() jogar bola/futebol
- [10]() ir a show de MPB
- [11]() ir a show de música
- [12]() ir ao circo
- [13]() encontrar migos
- [14]() assistir à TV
- [15]() ouvir música
- [16]() ir a show de rock, pop, funk
- [17]() ir ao teatro

2-quais gêneros de música de que você mais gosta?

- [1]()sertanejo
- [2]()Rock
- [3]()pagode
- [4]()MPB
- [5]()Axé
- [6]()Pop
- [7]()samba
- [8]()Rap

ANEXO 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Dissertação: Juventude, Trabalho e Ensino Noturno: um estudo sobre os jovens da periferia de Goiânia

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Escola e Trabalho

- 3-Conte para mim como é seu dia, desde a hora em que levanta até a hora de dormir.
- 4-Como é trabalhar durante o dia estudar a noite?
- 5-Entre trabalhar e estudar tem um que é mais importante para você? Por quê?
- 6-Entre trabalhar e estudar tem um que você precisa mais neste momento? Por quê?
- 7-Em sua opinião o que leva certos jovens a trabalhar e estudar a noite?
- 8-Você vê alguma diferença, em relação ao futuro, entre os jovens que somente estão estudando e os que executam as duas coisas?
- 9-Em que dia ou horário você costuma fazer os trabalhos, deveres de casa, ou estudar para as provas?

Trabalho

- 10-Como é no seu trabalho, como você trabalha, como é lá?
- 11-Como é a convivência no trabalho?
- 12-Qual é a importância do trabalho para você?
- 13-O que mais gosta no trabalho?
- 14-O que mais te chateia no trabalho?
- 15-O que seus pais ou responsáveis lhe falam sobre trabalhar?
- 16-Narre para mim como era seu primeiro trabalho, o que fazia, o que você achava?
- 17-O que seus pais falam sobre começar a trabalhar desde pequeno?
- 18-O que você pensa sobre começar a trabalhar desde de pequeno?

Escola

- 20-Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta para garantir seus estudos?
- 21-Como é a convivência na escola?
- 22-Qual é a importância da escola para você?
- 23-O que você mais gosta de fazer na escola?
- 24-O que mais de chateia na escola?
- 25-O que você acha dos estudos que está recebendo? Eles te ajudam nas coisas que faz no dia-a-dia?
- 26-O que seus pais ou responsáveis lhe falam sobre estudar?
- 27-Quais são as maiores dificuldades na escola?
- 28-Estudar facilita ter uma profissão?
- 29-Você pretende se ingressar na faculdade?

Dia-a-dia

- 30-Qual/quais dias e em que horário estão livres para se divertir? O que costumam fazer?
- 31-Tem algum momento na escola que você se diverte?
- 32-E no trabalho?
- 33-Quais são seus planos para o futuro?
- 34-Qual é seu maior sonho?
- 35-Como gostaria de estar vivendo?
- 36-Na sua opinião o que pode lhe garantir um futuro melhor?

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, M. Pedro Paulo (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, M. Pedro Paulo (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema do Ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. Futuro de classe e causalidade provável, 1974. In: *Escritos de Educação*. Nogueira, Maria A; Catani, Afrânio (organizadores), Petrópolis: RJ.

_____. Os excluídos do interior. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE). *Malha municipal do Brasil / 1997*.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Goiás. *Censo Escolar 2004*.

BRASIL. *Retratos da juventude*. Pesquisa / Prefeitura Municipal de Goiânia: 2001.

BRENNER, Ana Karina. DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, M. Pedro Paulo (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. *Ensino Noturno: realidade e ilusão*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Juventude e exclusão social. In: *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

_____. Jovens excluídos na cidade do Rio de Janeiro. In: *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis-SP: Vozes, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* / (organizadores) Regina Novaes e Paulo Vannuchi. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria no imaginário juvenil. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, M. Pedro Paulo (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

IBGE/PNAD. *Censo Demográfico* de 1998, 1999, 2000. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE/PME. Pesquisa Mensal de Emprego de 2004. Rio de Janeiro: IBGE.

INEP/MEC/SEEC. Censo Escolar 2001.

KUENZER, Acácia Z. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.

LEVI, Giovanni; SCHIMITT, Jean-Claude (org). História dos jovens. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas – Temas básico de educação e ensino*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena T. Souza. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: *Juventude em debate*. Abramo, Helena Wendel; Freitas, Maria Virginia de.; Sposito, Marília Pontos (organizadores). São Paulo: Cortez, 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. *Sociologia da juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Marx, Karl, et. al. Rio de Janeiro: 1968.

MARQUES, Maria Omélia da Silva. “Escola noturna e jovens”. In: PERALVA, A. e SPOSITO. “Juventude e contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: número especial, mai/dez, 1997.

MELUCCI, Alberto. Ser jovem, uma escolha ou um destino. In: *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: Investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ORTIZ, R. (org.), (1994). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.
(Coleção Grandes Cientistas Sociais)

POCCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação /* (organizadores) Regina Novaes e Paulo Vannuchi. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

REY, Fernando González. O social na psicologia e a psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RODRIGUES, Juliano. *Infância perdida*, Diário da Manhã, 12 de junho de 2006, Brasil/Mundo, p. 11.

RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro. LOURENÇO, Alice. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In: *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. “Juventude, tempo e movimentos sociais”. In: PERALVA, A. e SPOSITO. “Juventude e contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: número especial, mai/dez, 1997.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, M. Pedro Paulo (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo: 34, 2001.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Projeto apresentado a FUNAP(Fundação de Apoio a Pesquisa): *Sociabilidade de crianças e adolescentes na periferia de cidades e assentamentos rurais goianos: educação e inserção no mundo do trabalho*. Universidade Federal de Goiás, 2001.

ZYLBERSTAJN, Hélio. *A mulher e o menor na força de trabalho*. Hélio Zylberstajn, Carmen Silvia Pagotto, José Pastore. São Paulo: Nobel; (Brasília): Ministério do Trabalho, 1985.